

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA  
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GODOY INÁCIO DE OLIVEIRA

**AÇÕES GERENCIAIS E APROVAÇÃO CIDADÃ: A Gestão Pública e  
sua Influência no Processo Eleitoral na Cidade de Serra Talhada -  
Município do Estado de Pernambuco**

Recife  
2013

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GODOY INÁCIO DE OLIVEIRA

**AÇÕES GERENCIAIS E APROVAÇÃO CIDADÃ: A Gestão Pública e sua Influência no Processo Eleitoral na Cidade de Serra Talhada - Município do Estado de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Vergolino.

Co-orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

Recife  
2013

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

O48a Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Godoy Inácio de

Ações gerenciais e aprovação cidadã: a gestão pública e sua influência no processo eleitoral na cidade de Serra Talhada – Município do Estado de Pernambuco / Maria do Perpétuo Socorro Godoy Inácio de Oliveira, 2013.

108 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Vergolino e co-orientador Prof<sup>a</sup>. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2013.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Administração municipal – Serra Talhada (PE) – Participação do cidadão. 2. Ação administrativa. 3. Ações do governo. I. Vergolino, José Raimundo de Oliveira (Orientador). II. Aguiar, Sylvana Maria Brandão de (Co-orientador) III. Título.

651 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2014 – 030)

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GODOY INÁCIO DE OLIVEIRA

**AÇÕES GERENCIAIS E APROVAÇÃO CIDADÃ: A Gestão Pública e sua  
Influência no Processo Eleitoral na Cidade de Serra Talhada - Município do  
Estado de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado de Gestão Pública para o  
Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco como  
requisito de obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: 26 de agosto de 2013.

---

Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Vergolino (Presidente)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar (Examinador Interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Mônica Gueiros (Suplente Interno)

---

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral (Examinador Externo)

---

Prof. Carlos Miranda (Suplente Externo)

Recife  
2013

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelas oportunidades e pela vida.

A minha mãe Francisca Godoy (*in memoriam*), pelo exemplo.

Aos meus filhos, Renato, Hilary, Hyan e Hamon, que sempre me mostram a direção.

Às mães que me adotaram ao longo da caminhada: Mercedes Neiva Novaes (*in memoriam*), Maria Vanete Almeida (*in memoriam*), Célia Maria de Araújo Andrada de Oliveira, Maria Oliveira Parente (*in memoriam*), Maria Iracicleide da Silva, Socorro Godoy Duque.

Aos meus irmãos Fred, Léo, Sergio, Mita e Napoleão Roberto Godoy (*in memoriam*), por ter me ensinado o valor da luta e a alegria da conquista.

Aos Tios e pais, por extensão do amor e carinho: Abel Nogueira Peixoto (*in memoriam*), Antonio Andrada Policarpo, João Duque de Souza.

Aos Professores, Dr. José Raimundo de Oliveira Vergolino, pela paixão e conhecimento do território nacional brasileiro, Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar pela competência e dedicação em prol da pesquisa e do conhecimento.

A Lilianny Ducret, parceira de pesquisa, pela simplicidade e cumplicidade na hora da edição de todos os meus trabalhos.

## RESUMO

O presente estudo *Ações Gerenciais e Aprovação Cidadã*, analisa na administração pública municipal as ações gerenciais que promoveram o desenvolvimento do município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco, no período de 1960 a 2013, priorizando as últimas gestões, no qual se identificou um grande índice de aprovação do cidadão e mudanças no comportamento do eleitor. Revela ainda a influência de uma gestão eficiente na escolha do candidato, no processo eleitoral. Demonstra a compreensão do cidadão em relação as prioridades da gestão e do desenvolvimento municipal. A pesquisa promove reflexão e amplia a visão do gestor em relação ao funcionamento da administração municipal tornando-se um facilitador e motivador de um novo direcionamento nas ações administrativas, para efetividade das políticas implementadas, fortalecendo as bases sociais e o desenvolvimento municipal. Utilizamos para consolidar essa visão a pesquisa bibliográfica na biblioteca pública municipal, Casa da Cultura, Câmara Municipal de Serra Talhada, Tribunal Regional Eleitoral, onde foram analisadas as proposições aprovadas e sancionadas pelos prefeitos, rede internacional (Internet), pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa e um questionário aplicado com um universo de 500 (quinhentas) pessoas entrevistadas. Esta responde e confirma a influência da gestão no processo eleitoral, mudança de postura dos últimos gestores eleitos, compreensão da gestão e observância dos importantes atores da história política do município, pelo cidadão.

**Palavras-chave:** Administração municipal. Ações administrativas. Ações gerenciais. Gestão. Aprovação cidadã.

## ABSTRACT

This study Shares Management and Approval Citizen examines in municipal government management actions that promoted the development of the municipality of Serra Hewn, State of Pernambuco, in the period 1960-2013, prioritizing recent administrations, which identified a large index approval of citizens, changes in voter behavior. It also reveals the influence of efficient management in selecting the candidate in the electoral process. Demonstrates understanding of the citizen in relation to the priorities of the administration and municipal development. The research promotes reflection and broadens the vision of the manager in relation to the functioning of the municipal administration becoming a facilitator and motivator of a new direction in administrative actions for effectiveness of implemented policies, strengthening the social foundations and municipal development. We use this vision to consolidate the literature on municipal public library, House of Culture, City of Sierra Hewn, Regional Electoral Court, which analyzed the proposals approved and sanctioned by the mayors, international network (Internet), field research with an approach qualitative and a questionnaire administered to a population of five hundred (500) people interviewed. This responds and confirms the influence of management in the electoral process, change in posture of the last elected managers, understanding of management and observance of important actors in the political history of the county, by the citizen.

**Keywords:** Municipal Administration. Administrative actions. Management actions. Management. Approval citizen.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AESET	Autarquia Educacional de Serra Talhada
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CECOR	Centro de Educação Comunitária Rural
CIATA	Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico Administrativo das Municipalidades
COHAB	Companhia de Habitação
COAPEC	Concessão de Ajuda Financeira
FAEXPE	Faculdades Extensivas em Pernambuco
FAFOPST	Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada
FIS	Faculdade Integrada no Sertão
FMS	Fundo Municipal de Saúde
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNSESP	Fundação Serviço de Saúde Pública
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IPPS	Instituto de Previdência Própria de Serra Talhada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITEP	Instituto de Tecnologia de Pernambuco
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
ONG's	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Atenção à Criança
PMST	Prefeitura Municipal de Serra Talhada
PR	Partido da República
PSD	Partido Social Democrata
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Igreja matriz de Serra Talhada - entrada central da cidade.....	17
Figura 2. Prefeitos eleitos em Serra Talhada PE.....	18
Figura 3. Prefeitura Municipal de Serra Talhada.....	22
Figura 4. Câmara Municipal de Serra Talhada.....	27
Figura 5. Igreja matriz de Serra Talhada.....	48
Figura 6. Posição residente em Serra Talhada - censo 2010.....	62

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação dos nomes dos Prefeitos de Serra Talhada PE .....	19
Quadro 2. Lista de Prefeitos de 1961 a 1992 .....	23
Quadro 3. Datas das eleições municipais, eleitorado, nº votos, votantes e pleitos .....	25
Quadro 4. Relação de Prefeitos de 1961/1972 .....	29
Quadro 5. Relação de Prefeitos de 1973/1988 .....	30
Quadro 6. Relação de Prefeitos de 1989/2000 .....	33
Quadro 7. Relação de Prefeitos de 2001/2004 .....	34
Quadro 8. Relação de Prefeitos de 2005 a 2013 .....	50
Quadro 9. Evolução do eleitorado 2010 a 2012 .....	63

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Serra Talhada. Distribuição da população segundo o gênero.....	66
Gráfico 2. Serra Talhada. Distribuição da população segundo a faixa etária.....	67
Gráfico 3. Serra Talhada. Distribuição da população segundo a escolaridade.....	68
Gráfico 4. Serra Talhada. Distribuição da população segundo a faixa salarial.....	69
Gráfico 5. Serra Talhada. Distribuição da população segundo a profissão.....	70
Gráfico 6. Serra Talhada. Visão da população quanto à função da Gestão Pública Municipal.....	71
Gráfico 7. Serra Talhada. Visão da população quanto ao que é importante na Gestão Pública Municipal.....	72
Gráfico 8. Serra Talhada. Visão da população quanto aos fatores que demonstram a eficiência do trabalho do gestor público municipal.....	73
Gráfico 9. Serra Talhada. Visão da população quanto às áreas priorizadas na Gestão Pública Municipal.....	74
Gráfico 10. Serra Talhada. Visão da população quanto às características da boa Gestão Pública Municipal.....	75
Gráfico 11. Serra Talhada. Visão da população quanto ao monitoramento dos indicadores municipais.....	76
Gráfico 12. Serra Talhada. Visão da população quanto às ações gerenciais que promovem o desenvolvimento do Município facilita a reeleição do gestor municipal.....	77
Gráfico 13. Serra Talhada. Visão da população quanto aos benefícios esperados pelo cidadão na gestão pública municipal.....	78
Gráfico 14. Serra Talhada. Visão da população quanto à necessidade de reinventar ações para redução de gastos na gestão municipal.....	79
Gráfico 15. Serra Talhada. Opinião da população quanto ao esperado da Gestão Pública Municipal.....	80
Gráfico 16. Serra Talhada. Visão da população quanto à importância do fortalecimento das bases sociais.....	81
Gráfico 17. Serra Talhada. Visão da população quanto ao que influencia o eleitor na hora de escolher o gestor municipal.....	82

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I A REALIDADE HISTÓRICA, SOCIAL, ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA (BREVE RELATO)</b> .....	17
<b>CAPÍTULO II AS PROPOSIÇÕES APROVADAS NA CÂMARA E SANCIONADAS PELO GESTOR MUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CIDADÃ</b> .....	27
2.1 PROPOSIÇÕES APROVADAS DE 1973 A 1988.....	29
2.2 PROPOSIÇÕES APROVADAS DE 1989 A 2000.....	31
2.3 PROPOSIÇÕES APROVADAS DE 2001/2013.....	33
<b>CAPÍTULO III DO ESTADO PATRIMONIAL AO ESTADO GERENCIAL: O COMPROMISSO POLÍTICO DA GESTÃO PÚBLICA</b> .....	36
3.1 A CONSCIÊNCIA CIDADÃ E AS LIMITAÇÕES DA GESTÃO EM FACE DA LEI.....	39
3.2 A LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04/05/2000 E A OBRIGATORIEDADE DA TRANSPARÊNCIA.....	39
<b>CAPÍTULO IV A INTERPRETAÇÃO DO CARGO PÚBLICO E A NECESSIDADE DE REINVENTAR AÇÕES</b> .....	42
<b>CAPÍTULO V AS PROPOSIÇÕES APROVADAS ENTRE 2005 E 2013, SANCIONADAS PELO GESTOR MUNICIPAL</b> .....	48
5.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PLANO PLURIANUAL (PPA), PARA O QUADRIÊNIO 2006/2009 (LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 01/08/2005).....	50
5.1.1 Secretaria de Obras e Urbanismo.....	52
5.1.2 Secretaria de Saúde.....	53
5.1.3 Secretaria de Planejamento.....	54
5.1.4 Secretaria de Indústria e Comércio.....	54
5.1.5 Secretaria de Finanças.....	55
5.1.6 Autarquia Educacional de Serra Talhada - AESET.....	55
5.1.7 Secretaria de Desporto, Turismo e Esportes.....	55
5.1.8 Secretaria de Educação e Cultura.....	55
5.1.9 Secretaria de Administração.....	56
5.1.10 Secretaria de Ação Social.....	56
5.1.11 Instituto de Previdência Própria de Serra Talhada - IPPS.....	57
5.1.12 Poder Legislativo.....	58
5.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARA O QUADRIÊNIO 2011/2013.....	58
5.3 REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL (P20) PARA O EXERCÍCIO DE 2012/2013.....	59
<b>CAPÍTULO VI A GESTÃO POLÍTICA ATUAL DE SERRA TALHADA E AS AÇÕES EM PROL DA EFICIÊNCIA - EXERCÍCIO 2013</b> .....	60

<b>CAPÍTULO VII PESQUISA</b> .....	64
7.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
7.2 LINHA TEMÁTICA.....	64
7.3 OBJETIVO.....	64
7.4 METODOLOGIA.....	64
7.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	86
<b>APÊNDICES</b> .....	90
<b>ANEXOS</b> .....	92

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade é repleta de principados e repúblicas que fomentaram o desenvolvimento das nações, mas Giddens (2009, p. 278-279), afirma que “os seres humanos fazem sua história no conhecimento dessa história”, isto é, como seres reflexivos que cognitivamente se apropriam do tempo em vez de meramente o “viver”.

Partindo desse princípio, galgamos os passos da evolução no momento histórico e formalizamos a estrutura desse momento para alicerçarmos a construção de uma história posterior, o futuro.

Na atualidade, o crescimento populacional e a modernização dos meios de comunicação ampliaram as necessidades tecnológicas dos homens que têm por motivação as oportunidades de profissionalização e a melhoria de qualidade de vida. A conquista desses grandes benefícios que acompanharam o progresso evolutivo da humanidade trouxe a solidão do homem moderno e os desgastes emocionais que têm perpetuado na humanidade dores irreparáveis, sejam elas físicas, espirituais ou morais.

Tem-se consciência de que os principados abusavam do poder a eles impetrados, o que não é muito diferente da atualidade, cooperando com a herança e a potencialização do descrédito que a humanidade carrega, no entanto, o poder contemporâneo se agigantou em consequência da evolução industrial trazendo efeitos desastrosos aos ajustes materiais e emocionais de sobrevivência que têm contribuído para dificultar a gestão de muitos governantes.

Segundo Sen (2010), os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento.

Acompanhados da globalização veio a informação que, por sua precisão, permitiu a ampliação de uma nova concepção de vida, de gestão, conduzindo os velhos hábitos para uma nova modalidade de aferição.

Surge então o desgaste da máquina estatal, que não condiz com a nova realidade globalizada, afeta o cidadão gradativamente estimulando o descrédito e a inoperância do sistema burocrático. O advento da globalização vem demonstrar a

ineficiência e estagnação desse sistema através da decadência na qualidade do atendimento aos serviços prestados e na dificuldade da manutenção de políticas públicas eficientes que atendessem a demanda do Estado.

Os gestores contemporâneos são atormentados pelos planos de ações que podem favorecer o escrutínio de sua gestão para perpetuação da sua profissionalização política. Antes o Príncipe precisava de força (exército) para se manter no poder, hoje o gestor necessita de projetos que respondam às necessidades do povo, que promovam mudanças, diminuam as diferenças e a injustiça social. A era do descumprimento das promessas políticas passou e a proporcionalidade dessa modificação no cenário político vem conduzindo o eleitor a severas exigências no que tange às oportunidades de efetivação do político na área de poder. Para Bobbio (2007), poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir e produzir efeitos.

Com a intenção de agraciar as considerações populares, o político descobre a máquina pública, com impedimentos, inoperâncias e limitações e se cerca de responsabilidades que o desviam do foco social, esquecendo-se de “animar e se apoiar no povo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 38), ou seja, de partilhar, ouvir e propor.

Com o advento do sistema gerencial que acompanha a velocidade das mudanças, pressão fiscal e globalização, os gestores buscaram alternativas para reaproveitar as instituições e implementá-las para atender as demandas dos estados e municípios, pois a inoperância das gestões burocráticas reduziu a importância de diversos órgãos públicos e de futuros gestores, produzindo o descrédito que desabilitou o voto como mensurador qualitativo e habilitou o continuísmo ineficaz, produzindo políticos conservadores, centralizadores.

É com o objetivo de identificar a gestão pública municipal e as condições do ambiente organizacional como referencial para o desenvolvimento de um órgão público, Estado ou Nação, na promoção do equilíbrio entre forças e tentativa de mensurar o fortalecimento de bases sociais, na construção de uma sociedade mais justa, que se busca refletir a importância do compromisso político na operacionalização das gestões, a aprovação do cidadão e o reflexo desta no processo eleitoral.

No momento atual é importante consolidar a relação do gestor político com as diversas camadas sociais, ampliando e mantendo em atividade o canal aberto da comunicação, garantindo a participação popular e o interesse do cidadão pela coisa pública.

É nesse período que se vislumbram os resultados positivos do investimento na área educacional, pela necessidade de uma participação mais crítica e ativa, na coerente condução de uma gestão mais pertinente com a sociedade globalizada.

Na verdade, sem a transparência que o próprio desempenho da atividade política impõe, fica difícil convencer o cidadão da situação que motivou ou não todo um processo de inoperância. Com certeza a eficiência do processo de conscientização e participação ainda depende da qualidade da escola pública e do acesso mais eficaz da população à educação, pois uma população instruída, ou seja, educada, tende a uma participação mais ativa e eficiente.

No entanto, mesmo no reconhecimento da necessidade de avanços nessa área e contando com a falta de instrução de grandes massas populacionais, é consciencioso observar que a noção da deficiência em uma gestão, quando não é conhecida na reflexão, é sentida diante da situação, na necessidade, pois o vínculo do órgão público é bem maior e mais sentido nas áreas de maior carência, onde o conforto assistencial depende dos serviços essenciais (luz, água, esgoto, escola, saúde e segurança).

A democracia tem se universalizado e em decorrência dessa realidade as entidades comprometidas com ações humanitárias vem forçando os ditadores, republicanos, democratas e socialistas a reverem suas posições e a humanizar suas gestões, uma vez que a globalização vem integrando as nações na observação do cumprimento dos Direitos Humanos, conspirando junto ao Conselho de Segurança da ONU e diversas ONGS humanitárias, para o aprimoramento dos valores, do respeito às organizações, gestões e nações.

Assim, valorar as questões essenciais no que tange às políticas públicas, a prestação dos serviços de utilidade pública é de suma importância à manutenção e sobrevivência da harmonia social, como termômetro indispensável na confirmação do gestor no cargo público e garantia no cenário político.

A pesquisa visa demonstrar a evolução da compreensão do cidadão e as motivações que o levaram ao apoio ou ao descrédito da gestão municipal. Por isso vem promover uma reflexão e ampliar a visão do gestor em relação ao funcionamento da máquina municipal, tornando-se um facilitador e motivador de um novo direcionamento das ações administrativas, para a efetividade das políticas implementadas, fortalecendo as bases sociais e o desenvolvimento municipal.

Utilizamos para consolidar essa visão a pesquisa bibliográfica na biblioteca pública municipal, na Casa da Cultura, nos anais da Câmara Municipal de Serra Talhada e TRE, pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa, aplicação de um questionário que responderá as questões de compreensão da gestão pelo cidadão na observância dos importantes atores da história política do município. Como complementação utilizaremos livros e artigos, acervo pessoal e, adicionalmente na rede internacional (Internet) como suporte para a comprovação do tema apresentado. Tais informações serão sistematizadas em um referencial teórico. Feita a fundamentação, apresentar-se-á a conclusão, fruto da leitura analítica, mensuração da pesquisa de campo e do material bibliográfico.

No primeiro capítulo demonstramos a realidade social, perceptiva e administrativa do município de Serra Talhada (breve relato).

No segundo capítulo apresentamos as principais proposições aprovadas na Câmara Municipal e o desenvolvimento da consciência cidadã.

Já no terceiro capítulo refletimos sobre a importância do compromisso político no exercício da gestão pública municipal.

O quarto capítulo se volta para a interpretação do cargo público e a necessidade de reinventar ações.

No quinto capítulo, analisamos a evolução e o dinamismo das proposições aprovadas na Câmara Municipal de Serra Talhada entre 2005 e 2013, sancionadas pelo Gestor Municipal.

Encontramos no sexto capítulo as considerações da gestão atual e as expectativas da população.

No sétimo capítulo expomos os dados da pesquisa de campo, cujo universo foi de 500 (quinhentas) pessoas que responderam as questões formuladas e a mensuração dos dados.

Por último, finalizamos com as considerações finais que buscou analisar as mudanças ocorridas e sua influência no processo eleitoral em Serra Talhada.

## CAPÍTULO I A REALIDADE HISTÓRICA, SOCIAL, ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA (BREVE RELATO)

Para observar os fatores históricos que promoveram o desenvolvimento do município de Serra Talhada foi imprescindível o pensamento de Santos (2009, p. 15):

Nenhuma instituição nasce pronta ou imutável. Todas elas são fruto de movimentos da sociedade e das suas elites políticas, que vão conformando arranjos diferenciados, ao longo do tempo, em virtude de mudanças políticas, econômicas e culturais. Assim, a análise de sua evolução histórica desvenda também o conjunto de forças políticas e sociais que está na sua estrutura.



Figura 1. Igreja matriz de Serra Talhada - entrada central da cidade.  
Fonte: (CASA DA CULTURA, 2012).

Dessa forma é possível entender, segundo Buarque (2008, p. 32) que “o desenvolvimento municipal e as conquistas dos direitos sociais é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município”.

Surgindo como fazenda de criação, em meados de 1700, de propriedade do português Agostinho Nunes de Magalhães, a povoação de Serra Talhada, onde ficou a sede de Vila Bela, foi criada pela Lei Provincial de nº 52, datada de 18 de

abril de 1838 e sancionada pelo presidente da Província de Pernambuco, Francisco Rego de Barros que instituiu, nessa mesma lei, a transferência da sede do município de Flores para a Vila Bela (Serra Talhada).

Só com a publicação do Decreto-Lei Estadual de nº 235 de 09 de dezembro de 1938 a comarca ou distrito de Vila Bela passou à denominação de Serra Talhada. O nome de serra talhada foi inicialmente denominado devido a uma montanha de formação granítica e a prumo, à margem direita do Rio Pajeú.

O Sertão, segundo Vergolino (2007-2010), era um mundo insondável para os primeiros colonos que se estabeleceram no território da América Portuguesa. Desbravar as “terras de dentro” (sertões) não era tarefa fácil, pois, além das distâncias e da falta de água, promoveu a construção de estradas margeando os rios que se fixavam às fazendas de gado. Essas fazendas faziam parte da cultura econômica nordestina, dispostas nas mãos dos primeiros colonizadores e depois dos coronéis, patente que surgiu em 1831, com a criação da guarda nacional, em substituição das milícias.



Figura 2. Prefeitos eleitos em Serra Talhada PE.  
Fonte: (CASA DA CULTURA, 2012).

O quadro 1 abaixo, demonstra a relação dos prefeitos eleitos e seus períodos na vida política:

<b>PREFEITOS</b>	<b>PERÍODO</b>
Andrelino Pereira da Silva (Barão do Pajeú)	1892 - 1895
Manoel P. da Silva Jacobina	1895 - 1898
Antonio Andrelino da Silva	1898 - 1901
Francisco Vieira Lima	1901 - 1904
José Pereira da Silva Sá	1904 - 1907
Monsenhor Afonso Pequeno	1907 - 1908
José Alves da Silveira Lima	1908 - 1910
Adolfo Corte	1910
Manoel Emiliano de M. Barros	1912
Andrelino Barbosa Nogueira	1912 - 1913
Manoel Emiliano de M. Barros	1913
Adolfo Corte	1913 - 1916
Mário Alves Pereira de Lyra	1916 - 1920
Francisco A. da Fonseca Barros	1920 - 1925
João Alves de Barros	1925 - 1928
Francisco Alves de Carvalho Barros	1928 - 1930
Antonio Romão de Farias	1930
Metódio de Godoy Lima	1930
Manoel Joaquim Policarpo	1930 - 1936
Antonio Romão de Farias	1936 - 1939
José Aureliano Acioli	1939 - 1940
José Bené de Carvalho	1940 - 1944
Waldemar Soares de Menezes	1944 - 1945
Anibal Wanderley Cavalcanti	1945
Cel. José de Alencar C. Pires	1945
Luiz Conrado de Lorena e Sá	1945 - 1946
Coronel Cornélio Soares	1946 - 1951
Moacir Godoy Diniz	1951 – 1955
Luíz Conrado de Lorena e Sá	1955 – 1958
Antonio Andrada Policarpo	1959
Hildo Pereira de Menezes	1959 - 1964
Luíz Conrado de Lorena e Sá	1964 - 1969
Nildo Pereira de Menezes	1969 - 1973
Sebastião Andrada Oliveira	1973 - 1977

Hildo Pereira de Meneses	1977 - 1981
Sebastião Andrada Oliveira	1983 - 1989
José Ferdinando Feitosa	1989 - 1992
Augusto César E. de Carvalho	1993 - 1996
Sebastião Andrada Oliveira	1997 - 2000
Genivaldo Pereira Leite	2001 - 2004
Carlos Evandro Pereira Leite	2005 - 2012
Luciano Duque de Godoy Souza	2013

Quadro 1. Relação dos nomes dos Prefeitos de Serra Talhada PE.  
Fonte: (CASA DA CULTURA, 2013).

Segundo Leal (1975, p. 19-20), “o fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado ‘coronelismo’”. Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visível no interior do Brasil.

Essa observação é imprescindível para compreender a realidade do município de Serra, cujo destino político se encontrava nas mãos do Coronel Cornélio Soares, que comandava com influência e amparo do Estado.

Partindo desse pressuposto, não se pode esquecer que o sertão do Pajeú é tido também como o berço do cangaço nordestino, principalmente a cidade de Vila Bela, atual Serra Talhada, que contribuiu para os quadros do cangaço com nomes famosos como Virgulino Ferreira (vulgo Lampião), Sebastião Pereira (vulgo Sinhô Pereira), Luís Padre e Antonio Padre. Essa cidade era controlada pelo coronel Cornélio Soares (SILVA JÚNIOR, 2008).

É importante também não só relacionar Serra Talhada ao coronelismo, cangaço, mas também à liderança política de Agamenon Sergio de Godoy Magalhães, que nasceu em 1893, filho de Sérgio Nunes de Magalhães e Antônia de Godoy Magalhães. Foi promotor público da comarca de São Lourenço da Mata em 1918.

Convidado por Getúlio Vargas em 1934, assume a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio. Ainda em 1918 tornou-se deputado estadual, em 1923 elegeu-se deputado federal. Logo após a promulgação da Constituição em julho de 1934 foi nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comercio criando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI.

No ano de 1937, acumulou, além do Ministério de Trabalho, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, deixando o cargo para se tornar Interventor Federal de Pernambuco. Em 1945 foi convidado por Getúlio Vargas para assumir o Ministério da Justiça, quando elabora uma legislação eleitoral e partidária, cujo Código Eleitoral chamado de “Lei Agamenon” que abre caminho para a constituição do Tribunal Superior Eleitoral, promulga também o Decreto nº 7.666, antitruste apelidada de “Lei Malaia” que tinha por objetivo coibir os abusos do poder econômico. Em 1950 lança sua candidatura ao Governo de Pernambuco, sendo vitorioso, falecendo antes de concluir o mandato em 1952.

O Coronel Cornélio Soares representou o Partido Social Democrático - PSD, que tinha como presidente, em Pernambuco, Agamenon Sergio de Godoy Magalhães, aliado e conterrâneo. Filho de Tibúrcio Valeriano Gomes de Lima e de Lucinda Soares de Lima, irmã do Coronel Veremundo Soares, nasceu em 14 de setembro de 1886. Aos dois anos fica órfão de mãe e seu pai casa com Maria Parente de Godoy, por quem foi criado.

Logo demonstrou sua vocação política, comandando e tomando parte dos acontecimentos políticos de Serra Talhada. Foi prefeito uma única vez (1941-1951), preferia continuar na liderança, indicando os prefeitos. Faleceu em 1955, deixando a sociedade serra-talhadense atrelada às autoridades locais (continuismo), que o substituíram no poder (SOARES, 2005).

Na história de Serra Talhada vamos encontrar outros políticos como Methodio Godoy Lima, Afrânio Ribeiro de Godoy e Abelardo Ribeiro de Godoy, este último se distanciou dos problemas do município de Serra Talhada para se dedicar à cidade do Bonito/PE. Para Vilaça e Albuquerque (2006, p. 54):

A estrutura social e política do complexo agropastoril do Nordeste brasileiro é do tipo autoritário, provocando o isolamento e a imersão dessas populações numa espécie de intransitividade de que elas só conseguirão escapar totalmente com muito atrito social: mediante lento processo de aprendizado e de exercício da autogestão política.

Esse lento processo se torna pungente na medida em que os fatores climáticos do semiárido vem acompanhado por elevadas temperaturas, escassez de chuvas e rios temporários.



Figura 3. Prefeitura Municipal de Serra Talhada.  
Fonte: (CASA DA CULTURA, 2012).

Segundo Leal (1976, p. 135):

O estudo das rendas dos municípios coloniais de regra, era muito escassa a receita local: de modo a deixar maiores possibilidades tributárias às câmaras, nem o sistema econômico do latifúndio escravista era favorável ao enriquecimento do erário das comunas, porque os senhores de terras teriam de se tributar a si mesmos.

A escassez de recursos devido à limitação da arrecadação adicionou ao Estado a obrigação de suprir o município e promover o desenvolvimento local. Por isso o líder político tinha que converter seus votos (liderança), em verbas, obras de vulto, conquistas para melhoria do município.

Como não existia a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a liberação de recursos nem sempre cumpria sua finalidade e as grandes obras no final da gestão impossibilitava o sucessor dos ajustes financeiros necessários para administrar o município.

A tradição de eletividade nos municípios promoveram afilhados, parentes e herdeiros políticos.

Na observância da relação de prefeitos de Serra Talhada é possível verificar que muitos deles eram filhos de deputados ou apadrinhados pelos políticos, que tinham muita influência no município, conseguindo eleger seus afins.

Exemplificamos essa verdade listando os prefeitos de 1961 a 1992, no quadro abaixo:

<b>ANO</b>	<b>PREFEITO</b>	<b>PADRINHO POLÍTICO</b>	<b>PERÍODO</b>
1960	Hildo Pereira	Dep. Argemiro Pereira	1960/1963
1964	Luíz Conrado de Lorena e Sá	Cel Cornélio Soares	1964/1968
1969	Nildo Pereira de Meneses	Dep. Argemiro Pereira	1969/1972
1973	Sebastião Andrada Oliveira	Dep. Federal Inocêncio Oliveira	1973/1976
1977	Hildo Pereira	Dep. Argemiro Pereira	1977/1982
1983	Sebastião Andrada Oliveira	Dep. Federal Inocêncio Oliveira	1983/1988
1989	José Ferdinando Feitosa	Dep. Federal Inocêncio Oliveira	1989/1992

Quadro 2. Lista de Prefeitos de 1961 a 1992.  
Fonte: (autoria própria)

A influência do apadrinhamento perdeu forças a partir do ano de 1993. Os prefeitos que assumiram o município, tiveram apoio político das lideranças (Deputado Federal e ou Estadual), mas alguns, entre eles, Sebastião Andrada Oliveira, conquistaram um novo mandato (reeleição).

Na verdade é importante lembrar que o regime burocrático era centralizador, porém, trouxe também conquistas, mesmo com ineficiência.

Leal e Nunes Leal (1976) comenta que o estudo de famílias no Brasil ilustra bastante um outro setor da vida social, o mesmo processo de vitalizar da autoridade pública e decadência do poder privado, cujos remanescentes ainda hoje sobrevivem, mas aliados do poder público e não mais em oposição a ele.

As figuras de representatividade da época promoveram o elo de ligação entre o poder público municipal e o estado na medida em que as conquistas favoreciam o município.

Exemplificando esse elo temos o Deputado Estadual Argemiro Pereira de Meneses, foi um ruralista e abastado criador de bovinos, filho de Manoel Pereira Lins, ex-prefeito de São José do Belmonte e vereador de Vila Bela. Junto com o Coronel Cornélio Soares participou da Fundação do Partido Social Democrático. Foi vereador a partir de 1947 e em 1958 foi eleito Deputado Estadual, cargo que exerceu por 32 anos.

Com sua influência, na busca de desenvolvimento, trouxe para Serra Talhada a construção do Açude de Cachoeira e o abastecimento d'água da cidade, concluiu as obras da Escola Normal Imaculada Conceição, a 1ª etapa da Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - FAFOPST, dos colégios Manoel Pereira Lins e Methodio Godoy, a construção de 450 casas populares da COHAB e muitas outras (FUNDAÇÃO CASA DA CUTURA, 2012).

O Deputado Federal Inocêncio Oliveira, médico, formou-se pela UFPE em 1963 e iniciou sua vida pública em 1975 quando se filiou à Aliança Renovadora Nacional - ARENA em plena ditadura militar. Durante o governo do Presidente Itamar Franco, assumiu a Presidência da República por diversas vezes (entre 1993 a 1994), porque era presidente da Câmara Federal e substituto imediato do presidente. Atualmente é presidente do Partido da República - PR. Como político atuante e respeitado, está sempre atento às necessidades do sertão.

Como ex-prefeito de Serra Talhada (quando prefeito em 1973/1977 e 1983/1989), com apoio político do irmão (Deputado Inocêncio Oliveira) e das eficientes gestões nasce o Deputado Estadual Sebastião Andrada Oliveira, ao eleger-se Deputado Estadual em 1990. Deixou o cargo para voltar a Serra Talhada e candidatar-se novamente a prefeito, onde venceu e governou o município de 1997/2000. Muito contribuiu para o desenvolvimento de sua terra, foi visionário, nunca perdeu uma eleição (OLIVEIRA, 2010).

Outro ex-prefeito de Serra Talhada, Augusto César Elihimas de Carvalho, conseguiu se eleger deputado estadual em 1998, como suplente do PDT. Atualmente se encontra deputado pelo PSDB, elegendo-se com votos do Sertão do Pajeú, Sertão Central e Sertão do Araripe (ALEPE PE, 2010a).

Em consonância com a história das personalidades políticas que fazem parte do contexto municipal e estadual, o município conta com o Deputado Estadual

Sebastião de Oliveira Júnior, conceituado profissional, médico, graduado em medicina pela Universidade de Pernambuco - UPE, que tem sua plataforma política voltada para o sertão pernambucano, elegendo o município de Serra Talhada, terra onde nasceu seus pais, como prioridade. Ele é filho do ex-deputado e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Sebastião Ignácio de Oliveira Neto e da Sra. Célia Maria de Araújo Andrada Oliveira (ALEPE, 2010b).

<b>DATA ELEIÇÕES</b>	<b>PREFEITO ELEITO</b>	<b>Nº DE VOTOS</b>	<b>ELEITORADO DE SERRA TALHADA</b>	<b>VOTANTES</b>	<b>PLEITOS</b>
02/08/1959	Hildo Pereira de Meneses	3.096	8.321	6.265	1960/1963
18/08/1963	Luíz C. de Lorena e Sá	3.458	10.861	8.027	1964/1968
15/11/1968	Nildo Pereira de Meneses	7.478	16.205	11.493	1969/1972
15/11/1972	Sebastião A. Oliveira	9.599	16.305	10.976	1973/1976
15/11/1976	Hildo Pereira de Meneses	8.419	18.114	13.778	1977/1982
15/11/1982	Sebastião A. Oliveira	11.636	27.979	20.187	1983/1988
15/11/1988	José Ferdinando Feitosa	9.003	37.358	31.933	1989/1992
03/10/1992	Augusto Cesar E. de Carvalho	14.218	45.124	34.533	1993/1996
03/10/1996	Sebastião A. Oliveira	12.215	46.664	31.727	1997/2000
01/10/2000	Genivaldo Pereira Leite	20.317	47.432	32.138	2001/2004
03/10/2004	Carlos Evandro P. Meneses	16.155	49.909	39.701	2005/2008
05/10/2008	Carlos Evandro P. Meneses	20.710	53.512	43.058	2009/2012
03/10/2012	Luciano Duque de Godoy Sousa	23.114	57.856	46.295	2013/2016

Quadro 3. Datas das eleições municipais, eleitorado, nº votos, votantes e pleitos.  
Fonte: (TRE, 2013).

As informações no quadro acima foram pesquisadas no Tribunal Regional Eleitoral, em 19 de agosto de 2013. Vale ressaltar que nos períodos acima descrito, obtivemos mandatos de 05 (cinco) e 06 (seis) anos, tendo em vista o período da Ditadura Militar e da Constituinte de 1967/1988.

Depois de um breve histórico do ambiente político que pautou o desenvolvimento do município foi possível buscar nos anais da Câmara Municipal de Serra Talhada, através de pesquisa, as proposições mais importante (entre 1960 e 2013) e avaliar a evolução dos políticos locais através das indicações que motivaram a criação de leis e ou proposições em prol da cidadania.

## **CAPÍTULO II AS PROPOSIÇÕES APROVADAS NA CÂMARA E SANCIONADAS PELO GESTOR MUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIENCIA CIDADÃ**

Para iniciar o presente capítulo é necessário citar o Código de Posturas Municipais do Município de Serra Talhada, Lei nº 57 de 26 de dezembro de 1955, que é:

Documentos que reuniam o conjunto das normas municipais, em todas as áreas de atuação do poder público. Com o passar do tempo, a maior parte das atribuições do poder local passou a ser regida por legislação específica (lei de zoneamento, lei de parcelamento, código de obras, código tributário etc), ficando o Código de Posturas restrito às demais questões de interesse local, notadamente aquelas referentes ao uso dos espaços públicos, ao funcionamento de estabelecimentos, à higiene e ao sossego público (BRASIL, 1955).

Em seu Capítulo XIII - Art. 70, esclarece que a mendicância somente será tolerada até que esteja satisfatoriamente resolvido o problema de assistência social do Município (BRASIL, 1955). Tal exigência demonstra a centralização do poder, ausência de iniciativa e de respeito pela necessidade alheia, principalmente quando nos voltamos para o art. 72 - A nenhum indivíduo é permitido esmolar sem que apresente o cartão de identidade, fornecido gratuitamente pela Prefeitura.

Já nas disposições transitórias, Parágrafo Único - A Lei Municipal regulará o sistema pelo qual se fará a distribuição de verba, preferentemente na aquisição de material agrícola (BRASIL, 1955).



Figura 4. Câmara Municipal de Serra Talhada.  
Fonte: (CASA DA CULTURA, 2012).

A seca e a escassez de oportunidade de trabalho proporcionaram o problema da mendicância e a necessidade de estímulos na agricultura, tendo em vista as condições do agricultor. Esses incentivos financeiros eram liberados pelo governo que precisava melhorar a condição de vida do sertanejo, liberando verba para compra de grãos e ferramentas de trabalho (BRASIL, 1955).

O relato acima motivou a presente pesquisa e a observação das proposições (toda matéria sujeita a deliberação da Câmara), nos anais da Câmara de Vereadores de Serra Talhada, que consistem em: proposta de emenda à Lei Orgânica do Município; Projetos de Lei Ordinária, de Lei Complementar, de Decreto Legislativo, de Resolução; Requerimento; Indicação; Recurso; Parecer e Emenda, no período de 1961 a 1974 podemos identificar que é peculiar a aprovação, todos os anos, do Orçamento para o ano seguinte.

Muitas das proposições estão voltadas apenas para a arrecadação do município, como por exemplo, a Lei de nº 164 de 12 de junho de 1964 que cria Imposto sobre Exploração Agrícola; Lei nº 160 de 20 de outubro de 1964 que dispõe sobre a Cobrança de Imposto Territorial Rural; Lei nº 169 de 02 de dezembro de 1964 que Institui o Código Tributário Municipal.

Leal (1976) destaca que, ao estudarmos a autonomia municipal no Brasil, verificamos, desde logo, que o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante, em nossa história. Entretanto, ao lado da falta de autonomia legal, a que aludimos, os chefes municipais gozaram de uma ampla autonomia extralegal. Em regra, a sua opinião prevalece nos conselhos do governo e em tudo quanto respeite ao município.

Foi a partir de 1966 que o foco da administração se volta para atender as necessidades municipais e começa aprovando a Lei de nº 203 de 14 de novembro de 1966, criando a Companhia Telefônica de Serra Talhada; Lei nº 206 de 14 de novembro de 1966 cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto. No ano seguinte, 1967, foi aprovada a Lei nº 218 de 06 de junho de 1967 que cria Cadastro de Valores Imobiliários.

Em 1968 é aprovada a Lei nº 238 de 26 de novembro de 1968 que concede a Exploração dos Serviços de Água e Esgoto através de Contratos.

Após a aprovação da Lei nº 241 de 10 de dezembro de 1968 que nomeia o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, para que se aplique aos funcionários municipais; Lei nº 270 de 11 de junho de 1969 que dispensa pagamentos de impostos para viúvas que só possui um imóvel; Lei nº 294 de 06 de novembro de 1970 cria a Biblioteca Pública Municipal Emídio de Miranda; Lei nº 312 de 02 de outubro de 1971, em 1973 cria Contribuição para o Patrimônio Público.

Inaugura-se uma nova era de conquistas para o sertanejo. Nesse novo contexto, vamos observar uma mudança de posicionamento dos gestores municipais.

<b>ANO</b>	<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
1960	Hildo Pereira de Meneses	1960/1963
1964	Luiz Conrado de Lorena e Sá	1964/1968
1969	Nildo Pereira de Meneses	1969/1972

Quadro 4. Relação de Prefeitos de 1961/1972.  
Fonte: (autoria própria)

## 2.1 PROPOSIÇÕES APROVADAS DE 1973 A 1988

De 1973 a 1976 as proposições se voltam para aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM (Lei nº336 de 12 de março de 1973); cria por Decreto nº 03/1973 o Distrito de Santa Rita, e Altera o Plano Plurianual (Lei nº 344 de 23 de julho de 1973); organiza o Serviço Rodoviário (Lei nº 366 de 12 de dezembro de 1974) e cria a Faculdade de Formação de Professores 1º Ciclo (Lei nº370 de 14 de fevereiro de 1975); cria ainda o Departamento de Educação e Cultura (Lei nº 377 de 14 de outubro de 1975); estabelece Faixa e Limites da Cidade de Serra Talhada (Lei nº 386 de 11 de maio de 1976); cria a Coordenação do Projeto CIATA (Lei nº 388 de 14 de junho de 1976); organiza a Estrutura Administrativa (Lei nº 399 de 21 de outubro de 1976); contrata Novos Funcionários (Lei nº 412 de 22 de dezembro de 1976) e atualiza e aprova Novo Código Tributário (Lei nº 414 de 22 de dezembro de 1976).

Entre 1977 e 1982, as proposições relevantes desse período estão aqui relacionadas: Lei nº 450 de 02 de junho de 1977 reconhece de Utilidade Pública a Casa de Saúde e Maternidade Clotilde Souto Maior; Lei nº 449 de 02 de junho de 1977, cria a Banda de Música de Serra Talhada e aprova o Orçamento Plurianual para 1978/1980 (Lei nº 464 de 03 de novembro de 1977).

Em 1978 é firmado o convênio com o DETRAN (Lei nº 476 de 28 de junho de 1978). As conquistas do ano de 1979 se voltam para a população carente e Isenta do IPTU as Pessoas Pobres (Lei nº 492 de 27 de julho de 1979), constituindo o Conselho Deliberativo da Faculdade (Lei nº 498 de 31 de dezembro de 1979) e em 1981 firma Convênio com o IPSEP (Lei nº 518 de 30 de abril de 1981). Esse ano de 1983 é coroado por duas grandes conquistas: a Lei nº 556 de 19 de julho de 1983, que autoriza o Poder Executivo criar todas as Escolas Municipais e a criação da Secretaria de Agricultura, Lei nº 553 de 16 de março de 1983; Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada passa a denominar-se Autarquia Educacional de Serra Talhada (Lei nº 557 de 19 de julho de 1983).

No período entre 1984 a 1988, pouco se conquista, mas se tratando de tecnologia a Prefeitura de Serra Talhada firma convênio com o ITEP (Lei nº 598 de 26 de agosto de 1985), aprova o Estatuto do Magistério (Lei nº 609 de 01 de abril de 1986); cria a Casa da Cultura (Lei nº 621 de 19 de dezembro de 1986); Casa do Estudante de Serra Talhada (Lei nº 660 de 08 de agosto de 1988) e com a Lei nº 680 de 20 de dezembro de 1988 foi criada a Secretaria de Indústria e Comércio e a Secretaria de Bem-Estar Social. Voltado para arrecadação é Instituído o Imposto Sobre Venda de Combustível (Lei nº 682 de 28 de dezembro de 1988).

<b>ANO</b>	<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
1973	Sebastião Andrada Oliveira	1973/1976
1977	Hildo Pereira de Meneses	1977/1981
1983	Sebastião Andrada Oliveira	1983/1989

Quadro 5. Relação de Prefeitos de 1973/1988.  
Fonte: (autoria própria).

## 2.2 PROPOSIÇÕES APROVADAS DE 1989 A 2000

Quem assumiu a Prefeitura de 1989 a 1992 foi o médico José Ferdinando Feitosa. Durante sua gestão foram criados o Povoado de Logradouro (Lei nº 691 de 28 de fevereiro de 1989), o Distrito de Santa Rita (Lei nº 686 de 31 de janeiro de 1989) e o Distrito de Varzinha (Lei nº 687 de 31 janeiro de 1989). São criados ainda o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, autoriza a Concessão de Ajuda Financeira - COAPEC (Lei nº 697 de 31 de julho de 1989), Perdoa Débitos do IPTU referente ao Ano de 1988 (Lei nº 699 de 31 de janeiro de 1989), firma Convênio com a FUNSESP - Fundação Serviço de Saúde Pública (Lei nº 707 de 10 de outubro de 1989); cria o Hino Oficial do Município (Lei nº 755, de 24 de julho de 1990 e Institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, Lei nº 756 de 27 de julho de 1990).

Em 1991 a Lei nº 790 de 30 de abril 1991 que dispõe sobre Política Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Lei nº 793 de 12 de julho de 1991 institui o Fundo Municipal de Saúde e Aprova o Estatuto do Conselho Municipal de Saúde (Lei nº 794 de 16 de julho de 1991. Antes de terminar o mandato em 1992, Cria o Povoado de Extrema (Lei nº 816 de 14 de julho de 1992.

No ano de 1993 assume a PMST o Analista Augusto César Elihimas de Carvalho (hoje Dep. Estadual), que passa a considerar de Utilidade Pública o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Serra Talhada (Lei nº 833 e 19 de julho de 1993), cria a Guarda Municipal (Lei nº 834 de 12 de outubro de 1993) cuja lei foi revogada pelo próximo prefeito (Genivaldo Pereira Leite); institui a Agência Municipal de Desenvolvimento (Lei nº 841 de 29 de outubro de 1993) e firma convênio com o Corpo de Bombeiros (Lei nº 881 de 17 de novembro de 1995).

Antes de deixar o governo municipal declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência Social Afonso Novaes (Lei nº 888 de 26 de julho de 1996), Cria o Fundo de Assistência Social (Lei nº 889 de 25 de julho de 1996) e o Conselho Municipal de Assistência Social (Lei nº 890 de 25 de julho de 1996) e Institui o Conselho Municipal de Merenda Escolar (Lei nº 894 de 26 de julho de 1996). Para

encerrar sua gestão cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (Lei nº 901 de 05 de dezembro de 1996).

Sua gestão termina com um grande déficit financeiro. Os funcionários ficaram sem receber seus salários durante 06 (seis) meses e até o presente momento esses salários nunca foram pagos.

De volta à Prefeitura de Serra Talhada para cumprir o seu terceiro mandato (1997 a 2000) Sebastião Andrada Oliveira, mesmo com a saúde debilitada, consegue ser visionário e inovar, encaminhando e/ou sancionando proposições modernas e de interesse social, como por exemplo, obrigando as Escolas Públicas Municipais a Desenvolver Programas de Prevenção de AIDS (Lei nº 909 de 18 de abril de 1997); cria o Projeto de Valorização dos Bairros e Distritos (Lei nº 911 de 18 de abril de 1997); cria e regulamenta o Conselho Municipal de Passageiros (Lei nº 916 de 25 de junho de 1997); cria o Projeto de Revitalização do Rio Pajeú (Lei nº 920 de 18 de agosto de 1997); cria o Programa de Proteção e Assistência Social ao Excepcional (Lei nº 922 de 30 de outubro de 1997); cria o Programa de Adoção de Ruas e Praças (Lei nº 926 de 19 de novembro de 1997) e o Fundo Municipal de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais (Lei nº 927 de 19 de novembro de 1997); institui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Lei nº 933 de 09 de janeiro de 1998); cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Lei nº 936 de 10 de março de 1998) e institui a participação da população no Processo de Elaboração Orçamentária do Município (Lei nº 937, de 09 de janeiro de 1998); declara de Utilidade Pública o Centro Social de Assistência Social Ágape (Lei nº 939 de 10 de março de 1998), a Fundação Cultural Cabras de Lampião (Lei nº 942 de 13 de abril de 1998) e a APAE (Lei nº 943 de 24 de abril de 1998).

Se analisarmos as proposições mais importantes, aprovadas pelos vereadores e sancionadas pelos prefeitos eleitos entre 1960/2000, vamos descobrir o audacioso compromisso de Sebastião Andrada de Oliveira com os cidadãos serra-talhadense.

Ainda em 1998 cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Lei nº 944 de 03 de junho de 1998) e institui a Política Municipal dos Direitos da Cidadania Contra as Discriminações e Violência e o Conselho (Lei nº 947 de 09 de junho de

1998). Ao poder público municipal incumbe de forma articulada com entidades da sociedade civil, governamentais e não governamentais, formular estratégias e instrumentos capazes de tornar efetivos os direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal. Introduz no Currículo das Escolas Públicas Municipais de 5ª a 8ª Série Conhecimento Relativo a Finanças Públicas (Lei nº 953 de 03 de novembro de 1998).

Entre 1999/2000 ainda tivemos proposições aprovadas pelos vereadores e sancionadas por Sebastião Andrada Oliveira de muita relevância para o fortalecimento das bases sociais e para o desenvolvimento da cidadania.

Foi criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer (Lei nº 960 de 05 de janeiro de 1999); institui a Semana da Cidadania e Direitos Humanos (Lei nº 961 de 19 de fevereiro de 1999), o Dia Municipal Pela Reforma Agrária - 17 de abril (Lei nº 972 de 14 de junho de 1999); cria o Conselho Municipal de Cultura (Lei nº 975 de 18 de agosto de 1999) e institui o Dia Municipal da Cultura - 05 de agosto (Lei nº 976 de 24 de agosto de 1999); institui a Biblioteca Pública Municipal (Lei nº 977 de 25 de agosto de 1999); introduz no Currículo das Escolas Públicas a Disciplina História de Serra Talhada (Lei nº 979 de 12 de novembro de 1999).

Em 2000, sanciona a Lei nº 993 de 27 de março de 2000 que dispõe sobre a Livre Organização dos Estudantes e Institui a Semana da Consciência Negra (Lei nº 1010 de 22 de dezembro de 2000).

<b>DATA</b>	<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
1989	José Ferdinando Feitosa	1989/1992
1993	Augusto Cesar Elihimas de Carvalho	1993/1996
1997	Sebastião Andrada de Oliveira	1997/2000

Quadro 6. Relação de Prefeitos de 1989/2000  
Fonte: (autoria própria).

### 2.3 PROPOSIÇÕES APROVADAS DE 2001/2013

De 2001 a 2004 o gestor municipal eleito foi o Sr. Genivaldo Pereira Leite, que cria a Comissão Municipal de Defesa Civil (Lei nº 1.030 de 16 de agosto de 2001), institui o Código de Vigilância Sanitária (Lei nº 1.036 de 16 de agosto de 2001).

Da gestão de Sebastião Andrada de Oliveira (1997/2000), o atual prefeito herdou as bases para criar o Programa da Agenda 21 (Lei nº 1.041 de 07 de dezembro de 2001), pois na gestão anterior foi Instituído o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 933 de 09 e janeiro de 1998) e criado o Projeto de Revitalização do Rio Pajeú (Lei nº 920 de 18 de agosto de 1997).

Ao revogar a Lei nº 834 de 27 de março de 1993, cria a Guarda Municipal (Lei nº 1.069 de 27 de março de 2003). Através da Lei Complementar nº 14 de 26 de abril de 2002, cria o Regime Próprio de Previdência Social da PMST, fazendo uma nova alteração em 10 de setembro de 2004 através da Lei Complementar nº 22/04.

As próximas proposições se resumem à criação do Conjunto Habitacional Antônio Conrado Filho (Mitonho) em Bernardo Vieira (Lei nº 1.056 de 14 de agosto de 2002), do Programa Municipal de Saúde Vocal dos Professores da Rede Municipal (Lei nº 1.059 de 03 de setembro de 2002), institui a realização de Campanhas Educativas sobre o Uso de Substância Entorpecentes, Contra a Violência e de Prevenção a AIDS, durante a realização de Shows e Eventos (Lei nº 1.060 de 03 de setembro de 2002) e cria a Faculdade de Administração e Ciências Sociais (Lei nº 1006, de 29 de outubro de 2004). O prefeito em pauta teve como vice-prefeito o Sr. João Duque de Sousa Filho.

Excluídas, no entanto, as proposições que nomeia ruas, Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual de Investimentos, reajuste de servidores, como são comuns e constância em cada gestão não foi preciso listá-las.

<b>DATA</b>	<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
2001	Genivaldo Pereira Leite	2001/2004

Quadro 7. Relação de Prefeitos de 2001/2004.  
Fonte: (autoria própria).

Teve um final de mandato com muitas queixas de servidores e cidadãos serra-talhadense, contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, na época.

Com certeza é imprescindível considerar o momento histórico e a evolução gradativa das conquistas, das administrações anteriores. O foco evolutivo contemporâneo obteve o reforço da globalização, que trouxe uma nova perspectiva em relação ao compromisso político, cidadania e gestão.

Para Buarque (2008), a transição para um novo paradigma de desenvolvimento mundial está associada a um processo acelerado de globalização com a intensa integração econômica, a formação de blocos regionais e a emergência de grandes redes empresariais com estratégias e atuação globais.

Essa nova situação colabora com a nova postura do cidadão e do político que tem na globalização a oportunidade ímpar de trocar conhecimento, informação e de exercitar a verdadeira democracia, pois o desenvolvimento dos meios de comunicação vem privilegiar o cidadão do mundo.

### **CAPÍTULO III DO ESTADO PATRIMONIAL AO ESTADO GERENCIAL: O COMPROMISSO POLÍTICO DA GESTÃO PÚBLICA**

Na história do mundo, as lutas influenciaram as grandes conquistas e foram determinantes para evolução da humanidade. O fortalecimento das grandes bases que perpetuaram a história da humanidade foi construída por homens que tentaram compreender o momento histórico e sobreviver às intempéries que paulatinamente se desenvolviam na inconstância dos grandes líderes que acabavam por fragilizar o povo e submeter a nação às inglorias singulares, sempre acompanhadas de um fator comum, que se resume à falta de limites na relação de poder.

O que primeiro solapa e depois destrói as comunidades políticas é a perda do poder e a impotência final; e o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para os casos de emergências, como os instrumentos da violência, mas só existe em sua efetivação. Se não é efetivado, perde-se, e a história está cheia de exemplos de que nem a maior das riquezas materiais pode recompensar essa perda. O poder só é efetivado onde a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais, onde as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades (ARENDETT, 2010, p. 249, 250).

A busca de estabelecimento político através da eleição ou recondução ao cargo, motiva o casamento de palavras e dos atos, ou seja, da eficiente gestão.

Segundo Bressa-Pereira (2010, p. 1):

O Estado brasileiro, no início do século XX, era um Estado oligárquico e patrimonial, no seio de uma economia agrícola mercantil e de uma sociedade de classes mal saída do escravismo. Cem anos depois, é hoje um Estado democrático, entre burocrático e gerencial, presidindo sobre uma economia capitalista globalizada e uma sociedade que não é mais principalmente de classes mas de estratos: uma sociedade pós-industrial.

O estado patrimonial é característico de um Estado que não possui distinções entre os limites do público e os limites do privado. Essa prática dos governantes, que consideravam o Estado como seu patrimônio, numa total confusão entre o que é público e o que é privado, foi uma noção que prevaleceu durante o período dos estados absolutistas. Entretanto com o surgimento da administração pública, a partir da Revolução Francesa, passou a Estado gerencial. Porque a própria democracia exige uma gestão pública com procedimentos que assegurem os atendimentos aos princípios constitucionais como isonomia, moralidade, publicidade, entre outros (RÊGO, 1997).

Completa Bresser-Pereira (2010, p. 1):

A transição do Estado Patrimonial para o Estado Gerencial, ou, usando um critério diferente de classificação, do Estado Autoritário para o Estado Democrático, foi, portanto, imensa, mas plena de contradições. A política deixou de ser uma mera política de elites para começar a ser uma democracia de sociedade civil, em que a opinião pública tem importância crescente, embora os traços elitistas e a baixa representatividade dos governantes continuassem presentes. A economia passou por intenso processo de industrialização, mas nem por isso se tornou desenvolvida, já que os países ricos cresceram a taxas por habitante maiores e aumentaram a sua distância econômica e tecnológica em relação ao Brasil.

A história da ineficiência de alguns gestores no descumprimento das promessas de campanha eleitoral vem alertar as bases partidárias que se apercebe da mudança de perfil do eleitorado ao promover a inelegibilidade de seus pares e facilitar a perda não só do mandato, mas da influência e de ações nas instâncias e no âmbito das instituições governamentais.

A iniciativa forçosa que levou o modelo burocrático a ser ineficiente e obrigou os gestores a implementar ações inovadoras, trouxe também para a gerência a importância de mensurar as ações institucionais dos governantes que ao ser avaliado como eficiente, obtém aprovação e confiança do cidadão.

Esta é a era do conhecimento e do dinamismo e a globalização tem demonstrado ao mundo que o Estado não tem respostas para tudo e que a maior contribuição intelectual está na articulação de um projeto econômico, na criação de políticas públicas que recrie o próprio Estado. O diálogo acompanhado de uma visão globalizada, tem aberto horizontes para a implementação de políticas públicas, englobando o social, o cultural e o meio ambiente.

A participação popular tem conduzido as organizações e os governos locais na resolução de suas próprias dificuldades, e o interesse público vem se voltando para o povo (eleitores, cidadãos).

A implementação da justiça social deve, pois, considerar tanto as necessidades como as instituições sociais e políticas que definem direitos e propiciam suas garantias, para correção das iniquidades e ou promoção da equidade (política). Essa combinação, da dimensão das necessidades humanas e da democracia, busca compatibilizar as concepções diferentes das pessoas, a moral e a ação política. Assim, a construção do pacto de justiça pressupõe não só a democracia representativa, mas a democracia participativa, que abre espaços para a expressão das divergências e para a busca de consensos na negociação dos conflitos de prioridades de ação e de mobilização de recursos diante das desigualdades (FALEIROS, 2007, p. 216).

Então, pode-se refletir na tentativa de muitos governos para reduzir as desigualdades, bem como os caminhos trilhados pelos governantes de outrora e a percepção conflituosa da própria máquina em desalinho, que não conseguia cumprir nem determinar eficientemente as ações do estado, avançando e ousando com indevidas soluções, que contribuíam com o retrocesso das metas e precárias condições de prestação de serviços. A centralização do poder impediu a construção de uma visão empreendedora, engessando todo o processo decisório das atividades a ela correlacionadas.

Acrescenta Bresser-Pereira (2010, p. 2):

A sociedade não mais é uma Sociedade Senhorial, de senhores e escravos, mas não se transformou em uma Sociedade Capitalista clássica, de burgueses e trabalhadores; foi além e assume características crescentes de uma Sociedade Pós-Industrial, na medida em que o pequeno estamento burocrático estatal deu lugar a uma imensa nova classe média burocrática ou tecnoburocrática pública e privada, cujos estratos mais elevados passaram a dividir com a alta burguesia não apenas o poder mas também o excedente econômico. Isto ocorria principalmente porque a nova classe média profissional se definia pela controle do novo fator estratégico de produção: o conhecimento técnico e organizacional.

Hoje a democracia representativa e a participação popular têm permitido a mobilização de recursos, minimizado os conflitos e a desigualdade. No entanto, não se deve generalizar e conduzir as interpretações gerenciais para uma definição extrativa, uma vez que a participação e a democratização dos meios de comunicação globalizados modificam a visão e ampliam os horizontes de toda instituição democrática, influenciando e conscientizando o mundo globalizado como um todo.

Ao buscar uma nova realidade social e histórica que corresponda ao fortalecimento das bases, colaborando com a visão globalizada, que exige o *accountability* das ações, na gestão, sabe-se que, com o encolhimento das Funções Estatais, a visão empreendedora dos governos possibilitou a promoção e o estímulo da participação cidadã, permitindo assim a criação de diversas oportunidades, influenciando no crescimento do cidadão e do Estado, que descobre em si a realidade promotora dos fatos que o incita a capacitar para promover e garantir a execução de melhorias que atendam a comunidade e a ação da sociedade.

No âmbito da gestão empreendedora não há espaço para o silêncio, nem para a espera de modificação da realidade social. Sempre que a ação, ou a

ausência desta, vem incomodar, o povo reclama e quando não é atendido já começa a destituir os seus eleitos. A profanação dos direitos concebida por um político descompromissado com a sociedade já não consegue ser escondida, porque a própria ação criou voz no âmbito do serviço público e da sociedade.

### 3.1 A CONSCIÊNCIA CIDADÃ E AS LIMITAÇÕES DA GESTÃO EM FACE DA LEI

O cidadão foi pego desavisado, quando a globalização o iniciou no mundo do conhecimento, da transparência. As informações que lhe foram negadas ao longo da formação histórica se encontravam ali, expostas em tempo real, ao vivo. A comunicação reconhecida como o quarto poder, emerge como fonte geradora de uma conscientização nunca vista.

Os conflitos dessa nova geração midiática colaboram com a história contemporânea, derrubando mitos, produzindo efeitos funestos, fragilizando o poder de tal modo que o único meio de se estabelecer para salvar os projetos que cooperaram com o passado histórico, foi reinventar ações produzidas pelo modelo burocrático. A história do homem teve seu revés revelado, já não se podia omitir uma estratégia, nem muito menos uma ação indecente. A avidez pelo monopólio da notícia desenvolveu na mídia a qualificação e desqualificação de políticos e jornalistas, despertando a visão cidadã para enfrentar questões de interesse coletivo.

Desde 1980, a democracia vem ampliando seus espaços, conquistando respeito entre nações, cientistas mundiais e sendo divulgada e apreciada como modelo ideal, no entanto, ao observar a sociedade brasileira, se descobre que, apesar de sua organização ser recente, tem a maior parte de suas organizações oficializadas nesse período, época que se conta com a pouca atuação do cidadão e inúmeras denúncias de corrupção, provocando o descrédito nas instituições públicas e da participação cidadã.

Na visão cidadã, conservadora ou não, acreditando ou desacreditando, é possível perceber, além das circunstâncias, uma mudança de atitude do cidadão brasileiro que procura se inteirar e perceber a diferença existente entre gestores e gestão. Ao divisar as diferenças existentes entre a gestão empreendedora e a

centralizadora (burocrática), o que é funcional e o que deixou de funcionar nas políticas públicas, começa a responder aos ineficientes políticos, nas eleições, em que a conquista de ser reeleito corresponde a uma eficiente atuação. Daí a importância de ser eleito e escolhido para atuar nas instituições públicas como gestor, bem como a incessante busca pela eficiência na construção de um perfil que proporcione o reconhecimento do cidadão (eleitor).

Fortalecer as bases sociais e promover o desenvolvimento da consciência cidadã assegura não só o desenvolvimento do Estado como um todo, mas torna promissora a cidadania, confirmando a eficácia de ações que coopere para a construção de um mundo melhor.

Não se deve esquecer que no âmbito da gestão é importante reconhecer as limitações do cargo público e do poder. Que as ações devem ser acompanhadas de *accountability*, para que possam oferecer segurança e confiança ao cidadão. São inúmeras as histórias pautadas na ineficiência de gestões do sistema burocrático, cabe ao sistema gerencial o estabelecimento de critérios que possam transformar as instituições, com a reinvenção de ações que forneçam subsídios para atender a população como um todo.

### 3.2 A LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04/05/2000 E A OBRIGATORIEDADE DA TRANSPARÊNCIA

Esta lei foi aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso, fornecendo subsídios para mudança na Gestão Financeira. Conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, tenta impor controle nos gastos dos estados e municípios, para que o sucessor não pague a conta. Conforme artigo 1º e § 1º:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Lei obriga que as finanças sejam apresentadas ao Tribunal de Contas (da União, Estados e Municípios). Esses órgãos se não aprovar as contas, abrirá investigação. Ao impor limites nos gastos, inova a Contabilidade Pública.

Segundo Fernandes (2012, p. 07):

Desde a sua publicação, a LRF contribuiu para a evolução do modo de pensar a gestão pública no país fomentando o desenvolvimento das políticas de gestão ao estipular metas governamentais e a obrigatoriedade da transparência e publicidade das movimentações orçamentárias, desde os pequenos municípios à União Federal.

Essa verdade acompanhada da globalização em consonância com os meios de comunicação consolidou uma nova visão para o cidadão, motivando o gestor político, assumir outra postura na implementação das ações.

No entanto, essa obrigação de transparência, ao limitar gastos, contabilizou desenvolvimento, reinvenção das ações, evitando o desperdício. A sociedade, por outro lado, acompanha os gastos, reabilitando a confiança no serviço público que, devido ao alto grau de corrupção, promoveu o descrédito da população.

Hoje o melhor gestor é aquele que ao aproveitar o que o município tem disponível, sem perfeito funcionamento, dissemina ideias empreendedoras que promovam o pleno funcionamento do órgão, ora obsoleto, fazendo mais e gastando menos. Essa é a ideia de reinvenção de um governo promissor que conhece as necessidades do município, a disponibilidade de caixa, interpretando ações próprias de seu cargo.

## **CAPÍTULO IV A INTERPRETAÇÃO DO CARGO PÚBLICO E A NECESSIDADE DE REINVENTAR AÇÕES**

O grande desenvolvimento tecnológico que acompanha a globalização adentrou nas instituições públicas e privadas alterando as estruturas do poder, dando lugar a uma nova perspectiva no âmbito das relações sociais e políticas, bem como no mercado de trabalho e na execução desse trabalho. Essa reestruturação que acompanha as transformações vem modificando a organização e atuação dos empregados. Com isso, os sindicatos, como associação para defesa e coordenação dos interesses econômicos ou profissionais de indivíduos que exercem a mesma atividade ou atividades similares ou conexas (HAUAISS, 2009), perderam a força que antes lhes era creditada.

O cidadão está sendo informado através dos meios de comunicação das inovações do mundo globalizado e vem optando pela garantia de bons serviços, a concorrência entre as prestadoras de serviços tem favorecido às empresas que costumam primar pela qualidade dos atendimentos.

Toda essa modificação nas relações institucionais tem como objetivo conscientizar e posteriormente transformar a prática dos gestores, que já vislumbra a necessidade de contar com funcionários capacitados, com visão empreendedora e habilidades específicas.

“O que acontece no setor público é um esforço concentrado no sentido de desmotivar o funcionário, impedindo-o de usar seu intelecto e dizendo-lhe exatamente o que fazer, quando fazer e como fazer” (OSBORNE, 1998, p.120).

O sistema burocrático condicionou seus profissionais à mesmice. A centralização das ações cooperou para a ineficiência da máquina administrativa do Estado que passou a contar com serviços sem qualificação e com profissionais desmotivados. Esse posicionamento vem gerando desperdício nas instituições públicas que, em busca de eficientes inovações, vêm buscando na iniciativa privada o profissional que precisa, já que seu corpo funcional, por não ter assumido o compromisso com suas próprias atividades que se tornaram repetitivas, faz parte da estagnação do próprio estado, engessado.

Por via de regra, o gestor político assume a gestão de um órgão público com grandes problemas administrativos e a grande necessidade de fortalecer as bases e construir uma imagem pública que o promova e o reeleja. Para modificação desse panorama é necessária a profissionalização do gestor para que possa gerir com eficiência as reformas essenciais ao bom funcionamento da instituição. Com efeito, a qualificação do servidor será de grande valia, no que tange à implementação de mudanças.

A tarefa a cumprir, mais do que reformar o serviço público civil, é o de se definir e criar um sistema de pessoal apropriado para um governo moderno e definir suas missões e se organizar em torno delas. A clareza de propósito pode ser, por si só, o maior e mais importante patrimônio de uma organização governamental (ORBORNE, 1998 p.139-140).

Ao definir sua missão, motivar e capacitar o corpo funcional avaliando o desempenho de cada servidor, criando oportunidade de desenvolvimento na observância das atividades a ser mensurada, o gestor procura se restabelecer, tornando-se o promotor das reformas e como gestor público moderno, se nomeia providencial diante do cidadão e do próprio servidor público que muito bem aprendeu a conviver com o sistema burocrático e reconhecer o gestor, seu perfil e o tipo de compromisso que assume com o Estado.

Mudar o Estado significa, antes de tudo, abandonar visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por força de circunstâncias, concentrava-se em larga medida na ação direta para a produção de bens e serviços. Hoje, todos sabemos que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, à iniciativa privada, com grande eficiência e com menor custo para o consumidor (CARDOSO, 2006, p. 15).

A herança deixada pelo assistencialismo, paternalismo, patrimonialismo e sistema burocrático é visível para o cidadão que ainda sente dificuldade de conviver e reconhecer no gerencialismo o promotor eficiente do desenvolvimento do Estado. Na verdade, essa dificuldade não é só do cidadão, mas dos profissionais e dos políticos em geral que necessitam apresentar à sociedade instituições funcionais e ações efetivas que assegure o reconhecimento público.

Para o gestor, a tarefa de definir sua missão e abandonar visões tradicionais ultrapassadas vem dispensando grandes esforços, porém, para criar oportunidades diversas em vários setores da gestão e ter maior disponibilidade para gerenciar melhor todas as implementações, dinamizando as atividades e a prestação de

serviço, terá que reinventar e renovar as instituições, pois o Estado será sempre responsável pela qualidade e eficiência dos serviços.

Por desconhecer-se como autoridade e a missão a ser cumprida pela instituição pública, muitos gestores políticos abrem mão de projetos que funcionam bem, em prol de uma política pública que não consegue atender ao cidadão nem cumprir sua missão. Esquecem-se ainda de mensurar os resultados descobrindo o que funciona e avaliando as ações implementadas e a previsão das implementações previstas e importantes ao bom funcionamento do órgão público.

Salienta ainda Osborne (1998, p. 163) que:

As organizações públicas empreendedoras são organizações em constante processo de aprendizagem. Estão a todo tempo experimentando novas abordagens, descobrindo com isso o que funciona e o que não funciona, aprendendo, enfim, com a experiência.

Na gestão pública não existe lugar para a vaidade, nem para a omissão, mas para o desenvolvimento de um trabalho eficiente. Porém nem sempre foi assim e, apesar da mudança do cenário, diante da globalização e do novo sistema de governo, o cidadão convive diariamente com um volume de informação que o instrui naturalmente, possibilitando uma formação de opinião. Não se pode tratar um cidadão nem uma instituição pública sem a devida transparência exigida pelo cargo.

A globalização integrou o mundo, dinamizando a informação numa precisão incomum, cooperando assim para orientação e conscientização do homem, que exige ser bem tratado e compelido a se capacitar e profissionalizar-se. Por isso o gestor, ao avaliar os profissionais que dispõe, deverá investir em capacitação estimulando o servidor a ousar no âmbito do ambiente organizacional que opera.

O avanço tecnológico veio para minorar despesas e dinamizar ações. Esse processo criativo trouxe para a gestão o governo eletrônico, que disponibiliza serviços de utilidade pública pela internet objetivando a precisão do atendimento, economia de tempo e dinheiro no processo de requerimento e cobrança, aumentando os recursos financeiros do Estado, ou seja, a arrecadação.

Segundo Ferrer (2007, p. 73), “o atual processo facilitou significativamente o acesso do cidadão a um serviço prestado pelo Estado. Esse foi um dos focos da inovação que atingiu seus objetivos de forma muito satisfatória”.

No entanto, apesar do avanço tecnológico, ainda persistem diversas dificuldades, inclusive com a exclusão digital (falta de acesso do cidadão a novas tecnologias), pois a tecnologia reforça a distância existente entre ricos e pobres, uma vez que sem o conhecimento da tecnologia da informação é impossível se obter emprego. Além do mais o governo digital (Programa de Governo Eletrônico) necessita do cidadão informado que possa acessar os serviços prestados pelo Estado. Disponibilizar cursos e escolas para a formação tecnológica do cidadão é de suma importância, pois a economia digital vem revolucionando e integrando o mundo financeiro (globalizado).

A internet como rede de informação (são sistemas de transmissão interligados) colabora com o desenvolvimento da visão e do pensamento do cidadão. É necessário reduzir a desigualdade social para a criação de uma perspectiva de vida que estimule a formação do indivíduo e do seu meio social.

A qualificação do servidor, a conscientização do cidadão e o compromisso do gestor com a coisa pública promove as condições necessárias para que o ambiente organizacional avance e as mudanças ocorram, favorecendo o bom funcionamento do órgão público.

Tendo em vista o desgaste do sistema burocrático que durante anos centralizou as ações governamentais, dificultando o acesso do cidadão à transparência da gestão, a sociedade esteve aparentemente distante, mas sempre na observância dos escândalos que muito contribuiu para o descrédito que impediu a participação popular nas ações governamentais. O sistema gerencial acelera as mudanças no perfil do eleitor e do governante. Uma boa parte do eleitorado brasileiro sabe que a escolha de governantes sem vontade política é da responsabilidade de todos. Essa consciência avança em direção a uma ampliação do número de cidadãos, que vem elegendo gestores inovadores e comprometidos com a sociedade.

No que tange às condições do ambiente organizacional, é importante perceber a ausência de coerência entre as condições organizacionais do modelo burocrático e do governo empreendedor, uma vez que o corpo funcional ainda tem que acordar para a realidade globalizada que criteriosamente precisa de eficiência, incentivos e tecnologia.

Acrescenta Ferrer e Lima (2007, p. 121):

Mas toda inovação tecnológica gera resistências, e a maioria dos problemas que surgem em implementações tecnológicas vêm de resistências ou conflitos com as pessoas envolvidas. Somos resultantes de um determinado conjunto de relações sociais interconectadas, e a reestruturação delas gera medos. A 'dor de passagem' do conhecido ao desconhecido está mais relacionada ao fato de termos de refazer rotinas e relações existentes, do que o receio do novo ser ruim. Se isso se dá em todos os âmbitos da vida, não seria diferente no âmbito profissional. E, se é amplamente conhecido que grande parte do valor de uma organização deriva de seus recursos humanos, que gestão de conhecimento é hoje um fator de competitividade, por que o impacto social da tecnologia é o último que entra na agenda de uma mudança tecnológica?

O autor proporciona a facilidade da compreensão na questão da ausência de colaboradores capacitados e motivados, uma vez que o sistema burocrático ao centralizar as ações, coibiu o servidor a recriar suas atividades, que mecanicamente se repetiam sem novidades, gerando desestímulos e resistência aos novos procedimentos exigidos pelo gerencialismo.

A cooperação entre líderes e liderados será recíproca à medida que as parcerias forem se efetivando, contribuindo para o equilíbrio de forças entre gestores, recursos humanos e cidadão.

Contudo, o ambiente organizacional (tudo que envolve uma organização), a curto prazo, terá dificuldade de se desvencilhar das amarras burocráticas, para ousar partilhar e incentivar a participação do cidadão e dos funcionários no processo de modernização da gestão. No entanto, a cobrança por uma gestão de qualidade, oriunda da participação do corpo funcional e da sociedade civil que se encontra mais bem informada, conduzida pelo processo da globalização que disponibiliza a informação, proporcionará as condições para que o modelo gerencial possa conduzir o seu papel, na eficiência do gestor à frente da gestão, principalmente porque o mesmo, ao transferir responsabilidades, poderá acompanhar as ações da gestão, ouvindo e estimulando a participação cidadã, bem como avaliar, negociar e criar soluções que minimizem as diferenças sociais.

Ao interpretar as condições e necessidades do cargo público o gestor conhece as condições do ambiente organizacional e dissemina no âmbito da gestão a confiança, importante na motivação dos colaboradores que traçam as metas e elaboram objetivos facilitando e auxiliando nas reinvenções das ações que venham tornar o Estado mais produtivo e eficaz.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2008).

Essa questão é de interesse dos atores políticos locais, tendo como perspectiva melhora na qualidade de vida, pautada na realidade administrativa do município e desenvolvimento local. Assim, estimular e conscientizar o cidadão concorre para a promoção da disseminação de ideias que restabeleça a confiança e o desenvolvimento municipal. Repensar o que se tem é estimular ações empreendedoras.

Nessa observação de crescimento concebemos as expectativas advinda desse novo momento histórico, que vem conduzindo a gestão e os gestores a repensar as ações, começando pelo legislativo que vem aprovando as proposições consistente colaborando para o dinamismo da gerência.

A qualidade das proposições enviada para aprovação e sancionadas pelo gestor público municipal trouxe nesses últimos nove anos mudança no perfil do eleitor, na administração de recursos humanos, financeiro e regional.

## CAPÍTULO V AS PROPOSIÇÕES APROVADAS ENTRE 2005 E 2013, SANCIONADAS PELO GESTOR MUNICIPAL

Com a vitória do Dr. Carlos Evandro Pereira de Meneses, uma nova perspectiva se volta para o município de Serra Talhada. Após os primeiros seis meses de gestão é criado o Conselho Municipal do Idoso (Lei nº 1.113 de 05 de julho de 2005), foi incluído noções de cidadania na grade extracurricular das escolas municipais (Lei nº 1.124 de 21 de setembro de 2005), o Conselho Municipal de Pessoa Deficiente é instituído através da Lei nº 1.128 de 03 de outubro de 2005, bem como o Conselho de Defesa do Consumidor, Lei nº 1.130 de 03 de outubro de 2013.



Figura 5. Igreja matriz de Serra Talhada.  
Fonte: (CASA DA CULTURA, 2012)

Tendo por vice-prefeito Luciano Duque de Godoy Sousa, atuante, que contribuiu com a gestão ao incentivar o homem do campo a produzir, adquirindo a produção para sanear a merenda das escolas municipais. Colaboradores por excelência, foram alguns secretários entre eles sua esposa Sra. Maria Socorro Cordeiro de Brito Pereira (Secretária de Saúde), que se comprometeu com a gestão

não só como primeira dama, mas com os valores de visão empreendedora, estimulando os demais secretários a promoverem o desenvolvimento municipal.

Carlos Evandro assumiu uma postura de popularidade, era sempre visto inspecionando as obras financiadas pela prefeitura.

No percurso da primeira gestão, a criação do Conselho de Segurança (Lei nº 1.213 de 04 de abril de 2008), reestruturando o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Lei nº 1.215 de 24 de maio de 2008), implantando, na grade curricular do ensino municipal, orientações sobre meio ambiente e saúde (Lei nº 1.216 de 19 de junho de 2008), estabelecendo ainda a Isenção do IPTU a Imóvel Residencial de Proprietário Deficiente (Lei nº 1.232 de 24 de agosto de 2009).

De iniciativa da Secretaria de Planejamento, atualmente já extinta, cujo secretário era o vice-prefeito da gestão anterior, João Duque de Sousa Filho, deu início as plenárias na tentativa de implantar o Orçamento Participativo, elaboração da proposta do orçamento participativo para 2006 e obedeceram aos ciclos de reunião com a população. Essas plenárias aconteceram na Câmara Municipal de Serra Talhada, a matéria não foi apreciada pelos vereadores não chegando a ser regulamentada. No entanto os pleitos dos moradores acabaram por ser atendido, na medida do possível, pois o conhecimento das necessidades de cada comunidade deu subsídio para realização de um projeto de governo audacioso para a época.

Ainda na gestão do Dr. Carlos Evandro Pereira Meneses, foi aprovada e sancionada a Lei Orgânica do Município de Serra Talhada, uma das mais modernas, tendo em vista a SEÇÃO III - Da Responsabilidade do Prefeito, especificamente os art. 68, 69 e 70 que trata dos processos por improbidade, julgamentos e perda de mandato, quando admitir-se-á a denúncia por Vereador, por partido político e por qualquer munícipe eleitor e o Regimento Interno da Câmara em 15 de dezembro de 2008.

Outra grande conquista foi a aprovação da Lei Complementar nº 052 de 22 de janeiro de 2007 que institui o Plano Diretor Participativo do Município. No art. 4º dos Princípios Gerais da Política Urbana, a política de desenvolvimento urbano e ambiental observará os seguintes princípios: Função Social da Cidade; Função Social da Propriedade; Gestão Democrática e Participativa; Desenvolvimento Sustentável.

No art. 19 está explícita a política municipal de Ação Social, que tem por objetivo estimular a redução das desigualdades, fortalecer e implantar ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e de outras formas de trabalho infantil, desenvolver ações que visem melhorar a qualidade de vida do município, implantar e desenvolver programas e ações para ampliar a inserção dos portadores de necessidades especiais, estimular parcerias entre entidades públicas e privadas.

Ainda nessa gestão o CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural, foi considerado de utilidade pública (Lei nº 1.246 de 23 e outubro de 2009), permitindo ainda que o CECOR receba subvenção para uso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pajeú (Lei nº 1.270 de 03 de agosto de 2010).

No âmbito do município é instituído o Programa Farmácia Popular (Lei nº 1.271 de 17 de setembro de 2010). Dispõe sobre estágio para estudantes nos órgãos de administração pública municipal (Lei nº 1.275 de 16 de novembro de 2010).

Para finalizar sanciona a Lei nº 1.307 de 17 de agosto de 2011 que dispõe sobre a transparência dos atos públicos, assegurando a moralidade e a legalidade tornando obrigatória a publicidade pela Internet e Institui o Diário Oficial do Município como órgão de publicação oficial (Lei nº 1.315 de 25 de novembro de 2011).

<b>ANO</b>	<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
2005	Carlos Evandro Pereira de Meneses	2005/2008
2009	Carlos Evandro Pereira de Meneses	2009/2012
2012	Luciano Duque de Godoy Sousa	2013/2016

Quadro 8. Relação de Prefeitos de 2005 a 2013.  
Fonte: (autoria própria).

#### 5.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PLANO PLURIANUAL (PPA), PARA O QUADRIÊNIO 2006/2009 (LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 01/08/2005)

O Plano Plurianual de Investimento tem a duração de quatro anos e é responsável pela projeção do planejamento de investimentos do governo no período. No início de um novo mandato, o prefeito deve segui-lo no seu primeiro ano de

mandato (ROSSI, 2004). O PPA vem em cumprimento ao Art. 165, §1º, da Constituição Federal, regulamentada pelo Decreto nº 2.829 de 29 de outubro de 1998. Aborda os programas prioritários para a administração pública municipal, com ações e metas que resultam em produtos ou serviços, beneficiando diretamente a sociedade, além dos programas relativos à gestão municipal (Mensagem nº 015/2005, anexa ao Projeto de Lei Complementar nº 15 de 01 de agosto de 2015).

Dividido em plano de ações (PPA), cada plano deve conter objetivo, órgão responsável pela execução do projeto, prazo, valor e fontes de financiamento. Anualmente haverá uma avaliação no andamento e nas medidas que devem ser desenvolvidas.

Analisando os programas do PPA para o quadriênio 2006/2009, vamos encontrar no primeiro anexo o programa de Mecanização da Agricultura, tendo como órgão responsável a secretaria de agricultura, tendo em vista a escassez de chuva no município e tendo como objetivo fixar o homem no campo (população da zona rural) e aumentar a produção de produtos agrícolas, os investimentos giraram em torno de elaboração de cursos de capacitações, construção e reforma de barragens, sistema de irrigações, compras de tratores e Kit's de irrigação, perfuração de poços. Apoiando as ações relacionadas com agricultura, pecuária, defesa sanitária e extensão rural, expondo a produção agrícola desenvolvida no município. Para isso foi necessário adquirir equipamentos de informática, veículos, máquinas e equipamentos diversos, inclusive oferecendo infraestrutura aos produtores de grãos, ampliação e recuperação da sementeira municipal.

A necessidade de preservação do meio ambiente tem por prioridade a revitalização e preservação do Rio Pajeú.

Visando as atividades comerciais do homem do campo, surge no município a implantação da horta comunitária, Feira de Produtos Orgânicos, manutenção do parque de exposição de animais e vaquejada, implantação do programa de pisciculturas e comercialização dos produtos.

### 5.1.1 Secretaria de Obras e Urbanismo

Tendo por objetivo abastecer regularmente a população e melhorar a estrutura física do município, o projeto da secretaria visou a construção, reforma, ampliação e manutenção de central de abastecimento, mercados, açougues, matadouros e galpões, ampliação e reforma de imóveis destinados a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, agrícolas e agropecuários, bem como a ampliação e manutenção das barragens e açudes.

A construção de cisternas vem oferecendo melhorias de vida para a população em geral, investir em treinamentos exigiu a aquisição de equipamentos para reuniões e treinamentos de agricultores e da aquisição de equipamentos e utensílios de cozinha para a realização de cursos de culinária rural.

A implantação de silos e máquinas ensiladeiras, forrageiras, vem oferecer infraestrutura aos agricultores.

Construir, ampliar, reformar imóveis para implantação de espaço cultural, destinado a realização de eventos e alojamentos da sede e dos distritos que não residem na cidade.

Em relação à saúde, a secretaria de obras teve por meta a construção, reformas e ampliação das unidades de saúde e quanto à educação, das unidades do ensino fundamental e médio.

Melhorar as condições de vida e de acesso à água potável para consumo da população. Reequipar os órgãos e unidades que prestam serviços e executam obras públicas. Melhorar as atividades comerciais para obter outras fontes de rendas no município. Ampliar, manutenção do sistema de iluminação pública. Construção ampliação e ou recuperação de canais e rede de esgoto. Dotar o município de cemitérios apropriados as necessidades da população.

Oferecer infraestrutura adequada, ou seja, construção, ampliação e ou reformas de praças, parques e jardins, estradas, pavimentar e concertar vias públicas.

### 5.1.2 Secretaria de Saúde

Aparelhar o sistema de saúde municipal era meta de Socorro Brito, que logo percebeu que a saúde municipal estava sucateada. Portanto era necessário a aquisição de veículos, móveis, máquinas e equipamentos médicos e hospitalares.

A manutenção de ações do programa de combate aos mosquitos transmissores de doenças contaram com a parceria de órgãos nacionais e estaduais de saúde, inclusive no que se refere a leishmanioses e ao *aedes aegypti*.

A ampliação e manutenção das ações do PSF intensificando as ações básicas e preventivas de saúde, com o programa de alimentação e nutrição, incluindo, Bolsa Alimentação e ampliação do número de agentes de saúde, auxiliaram e ampliaram as atividades de atenção básica à saúde da população, incluindo a implantação e manutenção da Farmácia Popular, bem como a manutenção dos serviços hospitalares do município.

A modernização desse sistema exigiu a informatização com a intenção de tornar eficiente o atendimento inclusive no combate às edemias, as atividades de vigilância sanitárias, as ações de epidemias e controle de doenças.

A saúde bucal da população teve seus avanços e o programa nacional de imunização se modernizou, com o programa Brasil sorridente. O programa de Controle ao câncer de colo, útero e mama, incluído vida de mulher reduziu substancialmente o número de mortes. O programa de saúde mental visou a reintegração do paciente.

O SAMU - serviço de atendimento móvel de urgência proporcionou a luta por infraestrutura das policlínicas e do programa de atenção com serviços especializados em saúde, dando subsídios para manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O controle do Zoonozes favoreceu a inspeção de animais e a implantação do núcleo de educação com saúde.

### 5.1.3 Secretaria de Planejamento

A Secretaria Municipal de Planejamento é responsável por coordenar a formulação do planejamento estratégico municipal; propor e implantar novos modelos e padrões de gerenciamento dos recursos municipais; avaliar o impacto socioeconômico das políticas e programas do governo municipal e elaborar estudos especiais para a reformulação de políticas; coordena os sistemas de planejamento e orçamentos municipais, além de elaborar, acompanhar e avaliar o plano plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais (PICCHIAI, 2010). Contribui com a promoção e preservação do meio ambiente, bem como implantação, capacitação, manutenção e divulgação dessas ações.

### 5.1.4 Secretaria de Indústria e Comércio

O objetivo maior é a implantação de infraestrutura para industrialização no município.

No entanto a implantação da infraestrutura para resgate da história de Serra Talhada, como sítio histórico onde nasceu Virgulino Ferreira, promoveu o turismo ecológico e a necessidade de preservação de parques ecológicos.

Uma necessidade de investimento foi na ampliação de áreas de lazer, como é o caso da estruturação da rede ferroviária para realização de eventos e difusão da cultura regional.

O apoio a pequenas e médias indústrias incentivou o desenvolvimento, surgindo a necessidade de construção do Centro de Convenções, cujo objetivo seria sediar eventos. Expansão do turismo no município.

No entanto reequipar a Secretaria é de suma importância, bem como a infraestrutura da feira livre e da administração tributária que permite e regula o funcionamento de arrecadação.

#### 5.1.5 Secretaria de Finanças

Tem como atribuição contribuir para formar o patrimônio do servidor municipal, regulamentando os débitos com órgãos públicos, divulgando por meio magnético das receitas, despesas, trabalhos, realizações e prestação de contas anuais.

#### 5.1.6 Autarquia Educacional de Serra Talhada - AESET

Tem como atribuição reequipar a Autarquia para melhor funcionamento, ampliar e ou reformar o prédio da AESET, incluindo a Faculdade e o Colégio. Oferecer transporte gratuito aos estudantes. Permitir e regular o funcionamento das atividades administrativas da Autarquia e suas unidades.

#### 5.1.7 Secretaria de Desporto, Turismo e Esportes

Promove a infraestrutura e melhoria para o esporte comunitário, promoção do Desporto Amador.

#### 5.1.8 Secretaria de Educação e Cultura

Tem como atribuição garantir o acesso ao livro didático, laboratório de ensino, qualificação de profissionais, criação de oficinas de linguagem artística e literárias para garantir o desenvolvimento cultural e artístico, preservar e incentivar a cultura, construir, ampliar, reformar imóveis para implantação de espaço cultural. Difundir arte, cultura e tradições, aquisição de instrumentos para bandas musicais e marciais.

Oferecer apoio logístico e financeiro para valorização dos profissionais do magistério, implantação e manutenção do Transporte Universitário e da Rede estadual de ensino e de cursos profissionalizantes com capacitação para jovens e adultos.

Aquisição de sementes e mudas para o programa de Horta Escolar; reduzir a evasão escolar, evitar a desnutrição do aluno.

Descentralizar a gestão financeira de recursos para agilizar as metas/ações e reduzir os custos educacionais das unidades executoras do PDDE.

#### 5.1.9 Secretaria de Administração

Tem como atribuição permitir e facilitar os serviços gerais e administrativos dos municípios promovendo aquisição de veículos, móveis, máquinas e equipamentos diversos para os órgãos e unidades da administração. Manter mão de obra qualificada nos setores da administração. Induzir o desenvolvimento integrado e melhoria das condições socioeconômica da população. Informatizar os órgãos e unidades administrativas.

Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de planos, estudos e projetos, manter a transparência da gestão. Melhorar os serviços públicos postos à disposição da população. Oferecer apoio a outros governos para melhorar os serviços de justiça e segurança. Modernizar a administração municipal para efficientizar controles, rotinas, métodos e cumprir as disposições legais. Assistir as famílias e assegurar os direitos fundamentais da criança e dos adolescentes.

Proteger o patrimônio municipal dando manutenção à Guarda Municipal, a qual está amparada pelo artigo 144 da Constituição Federal que trata da Segurança Pública. Portanto, a Guarda Municipal constitui-se um organismo que compõe o sistema nacional de segurança pública, com competências específicas de polícia de guardar o patrimônio e garantir dos serviços do município e tem a responsabilidade institucional de vigiar e manter o patrimônio do município para permitir a sua preservação e a execução das atividades ali previstas, inclusive o seu uso pela comunidade (GUIMARÃES, 2006).

#### 5.1.10 Secretaria de Ação Social

Cria espaços para funcionamento de centros de formação infantil, oferecer assistência social a comunidades carentes, proporcionar melhorias de condições de

vida à juventude, mantendo o projeto juventude cidade. Assistir às famílias erradicando o trabalho infantil e proporcionando atendimento e ocupação às crianças vinda do PETI.

Implantação do programa de agente jovem, atender à população carente do município. Oferecer agasalhos, abrigo e alimentação aos necessitados.

Beneficiar pessoas portadoras de deficiência e idosos na locomoção para outras regiões.

Execução de apoio à criança e ao adolescente, prestação de assistência social às pessoas em situação de risco. Implantação e manutenção do Programa de Atenção à Criança - PAC. Propiciar o centro de convivência de idosos.

Reinsere no mercado de trabalho mão-de-obra qualificada através de cursos, treinamentos e capacitação em parceria com SENAC, SESI, SESC e demais entidades profissionalizantes. Garantir às pessoas carentes segurança alimentar adequada, a nutrição e manutenção da saúde humana. Assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições de participação efetiva na sociedade. Assistir ao menor carente. Possibilitar o desenvolvimento sócio educativo para atender crianças e adolescente em situação de risco social e pessoal. Assistir à população carente.

Oferecer moradias à população de baixa renda. Prover concessões de benefícios para famílias atingidas por fenômenos naturais, ampliando a assistência hospitalar e distribuição de agasalhos e mantimentos. Concessões de subvenções de assistência sociais, educacionais, culturais, de saúde e outras.

Contribuir para a efetivação da política de assistência social garantidora do direito de cidadania e promotora do desenvolvimento social.

#### 5.1.11 Instituto de Previdência Própria de Serra Talhada - IPPS

Faz a manutenção das atividades do Regime Próprio de Previdência Social - implantando e operacionalizando o sistema de previdência municipal.

### 5.1.12 Poder Legislativo

Tem como atribuição permitir e regular o funcionamento das atividades do Poder legislativo. Produção e divulgação das ações do Poder Legislativo. Modernizar as atividades da Câmara Municipal.

## 5.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARA O QUADRIÊNIO 2011/2013

Em 29 e 30 de novembro de 2010 foram realizadas reuniões extraordinárias na Câmara de vereadores de Serra Talhada quando aprovou em 1ª e 2ª votações a Lei Complementar nº 113, de 03 de dezembro de 2010 que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual para os exercícios de 2011/2013. Como estabelece o Parágrafo Único - “Considera-se alteração de programa: a adequação de denominação ou objetivo; a inclusão ou exclusão de ações, produtos e metas; alteração do título da ação, do produto, da unidade ou medida” (BRASIL, 2010).

Os programas foram classificados nas Funções: 01 Legislativo; 02 Administração; 08 Assistência Social; 09 Previdência Social; 10 Saúde; 11 Trabalho; 12 Educação; 13 Cultura; 15 Urbanismo; 16 Habitação; 17 Saneamento; 18 Gestão Ambiental; 22 Indústria; 23 Comércio e Serviços; Energia; 26 Transporte; 27 Desporto e Lazer.

De um modo geral os programas visam o desenvolvimento do município, fortalecendo o apoio ao cidadão, diminuindo a distância entre a Escola e o Parlamento, melhorando o atendimento e a qualidade dos serviços, implantar um processo moderno de gestão tributária, assegurar os direitos sociais do idoso, humanizando o atendimento e o acolhimento ao idoso, as mulheres vítimas de violência, ao adolescente, fortalecer as instâncias de controle social, bem como os conselhos de políticas públicas afins. Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e controle dos programas na área da educação, atender as necessidades nutricionais do educando, promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão.

### 5.3 REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL (P20) PARA O EXERCÍCIO DE 2012/2013

Alguns ajustes foram em relação aos programas classificados na Função: 01 Legislativo; 04 Administração; 08 Assistência Social; 09 Previdência Social; 09 Saúde; 11 Trabalho; 12 Educação; 13 Cultura; 15 Urbanismo; 16 Habitação; 17 Saneamento; 20 Agricultura; 23 Comércio e Serviços; 25 Energia; 26 Transporte; 27 Desporto e Lazer.

Resumindo, os objetivos dos programas são os mesmos na função 01 Legislativo; 04 Administração; 08 Assistência Social; a Função 09 Previdência Social, assegura os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos do município; expandir a estratégia de saúde da família; prevenir e controlar doenças transmissíveis; integrar trabalho e cidadania realizando cursos de formação artesanal nas comunidades; expandir e melhorar a qualidade na educação básica; melhorar as condições habitacional da população carente; promover o crescimento econômico sustentável da agricultura familiar; promover campanha de vacinação dos rebanhos; garantir uma renda para os agricultores em caso de perda de produção; ampliar e melhorar o fornecimento de água potável; promover o desenvolvimento industrial; promover energia elétrica para as famílias de baixo poder; melhorar as condições das estradas e facilitar o fluxo de transito e escoamento da produção rural.

A gestão do Dr. Carlos Evandro Pereira de Meneses foi profícua, o município se desenvolveu e contou com o apoio da população que o elegeu prefeito em 2004 para assumir o mandato de 2005/2008 e o reelegeu para o segundo mandato, 2009/2013. Ao término dos dois mandatos obteve o apoio da população para reeleger o até então vice-prefeito Luciano Duque de Godoy Sousa (a partir de 2013).

Em suma, o prefeito eleito Luciano Duque de Godoy Sousa, assumiu a gestão com o caixa vazio, tendo que negociar os salários em atraso do servidor municipal e muita dificuldade para acelerar ações de desenvolvimento local.

## **CAPÍTULO VI A GESTÃO POLÍTICA ATUAL DE SERRA TALHADA E AS AÇÕES EM PROL DA EFICIÊNCIA - EXERCÍCIO 2013**

Muitas expectativas giram em torno da presente gestão. Primeiro voltado para a situação financeira do município em face do débito da Previdência Municipal e do atraso nos pagamentos de salário dos servidores, depois ajustes e adaptação dos secretários.

Muitas viagens foram e serão necessárias na tentativa de angariar apoio, liberação de dinheiro para financiar projetos e promover o desenvolvimento do município.

A primeira dama Karina Pereira Rodrigues, esposa do atual gestor Luciano Duque de Godoy Souza, vem se debruçando sobre as atividades sociais voltada para minimizar os problemas da população carente.

Em busca de aferir a demanda da população, o atual prefeito reeditou o Orçamento Participativo, dessa vez em grande estilo, comparecendo aos bairros com vereadores (Legislativo) e Secretários.

Uma semana antes, auxiliares da Prefeitura visitam o bairro e esclarece a população sobre o Orçamento Participativo e as plenárias. As reuniões sempre acontecem em um clube ou escola do bairro.

No dia da plenária o pessoal da comunidade recebe uma pasta contendo folhetos, o primeiro explica e responde o significado do Orçamento Participativo, o segundo contém a agenda da Plenária Popular do Orçamento Participativo, no terceiro está o Regimento Interno da 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo no bairro, contendo cinco capítulos e dezessete artigos (REGIMENTO INTERNO, 2013).

De início, o Secretário de Finanças e seus auxiliares expõem sobre o que seja Receita (soma de todo o dinheiro que entra no cofre público: IPTU, ISS, contribuições e repasses de impostos federais e estaduais), Despesas (gastos gerais da Prefeitura: salários dos funcionários, materiais para os equipamentos públicos, manutenção, água, luz e pagamento de dívidas), Investimento (novas obras e serviços para melhorar ou ampliar o que já existe). Fala ainda que o debate

dos projetos e ações do governo e a sua relação com os bairros serão aperfeiçoados com a votação da ordem de prioridade nas plenárias deliberativas.

Após a explanação, é feita a leitura do Regimento Interno do Orçamento Participativo nos bairros. Os cidadãos se dividem em equipe onde acontece a escolha dos delegados, que organizam as demandas do bairro e tem por objetivo deliberar, propor e fiscalizar o Orçamento Público, receitas e despesas da Prefeitura, além de acompanhar a execução de obras e serviços. As deliberações e eleições dos Delegados(as) são para cada dois anos na região orçamentária participativa.

Junto com a escolha dos delegados são anotadas e posteriormente votadas as prioridades do bairro. Os delegados são apresentados e é proferida as deliberações priorizadas pela comunidade em prol da comunidade. Esse momento conta com a presença do Prefeito que interage com os delegados e a população do bairro (presente na plenária).

O bairro onde aconteceu a primeira Plenária do Orçamento Participativo foi o do IPSEP, depois veio o bairro da Borborema, José Rufino Alves (Caxixola), Cohab, Baixa Renda, Multirão e Santa Rita.

Outra movimentação que vem contando com a presença do Prefeito nos bairros, no final de semana é do “Movimento Cultura Viva”, iniciativa da Secretaria de Cultura que realiza eventos para difundir arte, cultura, tradições, valorizando a história do cangaço através da dança, poesia, artesanato e musicalidade que são legados deixado pelo Rei do Cangaço.

Algumas proposições foram encaminhadas para o Legislativo, onde foram aprovadas e sancionadas pelo prefeito, entre elas tornou a Filarmônica Vilabelense em Patrimônio Cultural e Histórico do Município de Serra Talhada (Lei nº 1.351, de 13 de março de 2013); institui o “Programa de Alimentação Diferenciada” para crianças portadoras de Diabetes nas escolas da Rede Municipal de Ensino (Lei nº 1.353, de 11 de abril de 2013); autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder contribuição financeira ou social à Fundação Alice Figueira de Apoio ao Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira - IMIP (Lei nº 1.355, de 03 de junho de 2013); declara de utilidade pública a Associação Francisca Godoy (Casa da Cidadania) dos moradores do Bairro da Borborema (Lei Complementar nº 192, de 03 de junho de 2013); criação da Superintendência de Trânsito e Transporte de

Serra Talhada - STTrans (Lei Complementar nº 197, de 06 de junho de 2013); criação do Sistema Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade; cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente (Lei Complementar nº 199, de 27 de junho de 2013); determina de Utilidade Pública a Associação dos Artistas de Serra Talhada (Lei nº 1.376, de 18 de julho de 2013).

Hoje o município se destaca pelo polo médico, comercial, educacional e de serviços do sertão do Pajeú. Com uma população de 79.241 habitantes, sendo aproximadamente 37.827 a população de homens e 41.405 a população de mulheres, com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE 2011), se encontra em franco desenvolvimento.

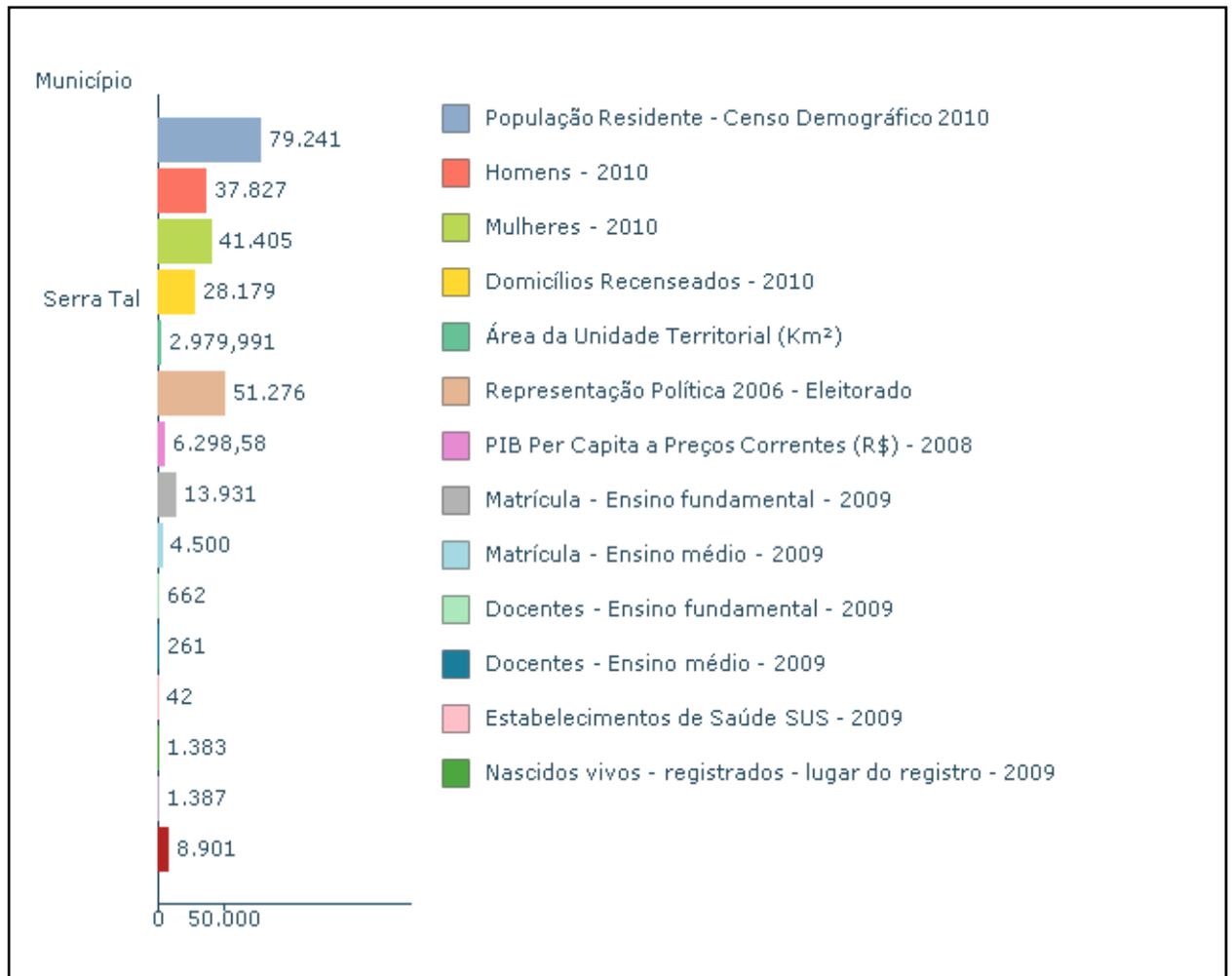


Figura 6. Posição residente em Serra Talhada - censo 2010.  
Fonte: (IBGE, 2011).

Para Vergolino (*et al*, [s.d.]), essa cidade está inserida em uma malha viária com estradas pavimentadas e parte duplicada, contribuindo para o desenvolvimento do polo urbano. Destaca-se como primeiro do Sertão do Pajéu em matéria de bem estar.

Em levantamento com fundamento no Tribunal Regional Eleitoral, buscou-se analisar o número de eleitorados em Serra Talhada com relação aos anos de 2000 a 2012. O quadro abaixo demonstra um crescimento dos eleitorados nesse período.

UF	Abrangência	Início	Fim
PE	SÃO VICENTE FÉRRER	0	15.042
PE	SERRA TALHADA	47.432	57.798
PE	SERRITA	11.941	14.687
PE	SERTANIA	23.856	0
PE	SERTÂNIA	0	23.957
PE	SIRINHAEM	23.715	0
PE	SIRINHAÉM	0	25.963
PE	SOLIDAO	4.904	0
PE	SOLIDÃO	0	5.445
PE	SURUBIM	32.210	42.715
PE	TABIRA	16.967	20.011
PE	TACAIMBO	8.410	0
PE	TACAIMBÓ	0	10.641
PE	TACARATU	11.101	14.082
PE	TAMANDARE	10.579	0
PE	TAMANDARÉ	0	14.280
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	12.857	18.745

Quadro 9. Evolução do eleitorado 2000 a 2012.  
Fonte: (TRE, 2013).

O número de escolas e universidades duplicou, com a implantação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Universidade de Pernambuco - UPE, favorecendo a população que, de um modo geral, começa a cobrar eficiência dos gestores, inclusive deixando claro na pesquisa de campo (aplicada), que a reeleição de um gestor depende das ações gerenciais que promovam o desenvolvimento municipal.

Ainda com a análise dos dados coletados reiteramos a observação de que o cidadão espera que o prefeito atual tenha honestidade, eficiência inovação, fortalecendo as bases sociais, compreendendo as prioridades essenciais da gestão, tendo como foco a excelência no atendimento às necessidades do cidadão.

## **CAPÍTULO VII PESQUISA**

### **7.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho se deu a partir de dados bibliográficos relacionados ao desempenho do gestor na gestão pública municipal, objetivando conhecer mais profundamente as exigências do cidadão e as motivações que o levam a eleger um candidato a prefeito. Durante toda essa pesquisa foram utilizadas duas bases de comparação, a primeira se trata da realidade atual da gestão (o que se espera), a segunda teve como abordagem a percepção do cidadão da gestão, o desenvolvimento do município e a influência das ações nas eleições.

### **7.2 LINHA TEMÁTICA**

Ações Gerenciais do Prefeito e Aprovação Cidadã, comparando o desempenho de outras gestões na observação das proposições enviadas à Câmara para aprovação, e do desenvolvimento municipal.

### **7.3 OBJETIVO**

Identificar as motivações que levam o cidadão a eleger ou reeleger um candidato e a sua compreensão em relação ao que seja gestão pública municipal, importância e áreas que devem ser priorizadas.

### **7.4 METODOLOGIA**

A amostra escolhida foi de 500 cidadãos de diversas áreas do município de Serra Talhada, sendo aplicada (coletada) no período de 29 de julho a 11 de agosto de 2013. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, de opinião pública, com a margem de erro +/- de 10% e intervalo de confiança de 80%. Foi utilizada a técnica *survey* (aplicação de questionário padronizado) e variável de faixa etária, profissão e escolaridade.

## 7.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Após a análise dos questionários aplicados, com um universo de 500 eleitorados, onde estes receberam explicações acerca das questões antes de sua aplicação, buscou-se identificar a gestão pública municipal e as condições do ambiente organizacional como referencial para o desenvolvimento de um órgão público, na promoção do equilíbrio entre forças e tentativa de mensurar o fortalecimento de bases sociais, na construção de uma sociedade mais justa, os resultados dos gráficos demonstram a importância do compromisso político na operacionalização das gestões, a aprovação do cidadão e o reflexo desta no processo eleitoral. Para a execução da coleta de dados, foi organizado um grupo com 6 pessoas, que ficaram responsáveis pela obtenção dos dados em questão.

Dentre o eleitorado consultado da cidade de Serra Talhada, a maioria foi do sexo feminino com idade entre 18 e 30 anos, que tinham completado apenas o Ensino Médio. Em sua maioria eram trabalhadoras que recebiam em média entre 1 e 5 salários ou só estudavam.

Para muitos, a função da gestão pública municipal é atender as necessidades do cidadão e que essa gestão tem que atender as prioridades da população a nível municipal e isso demonstra a eficiência do gestor público municipal.

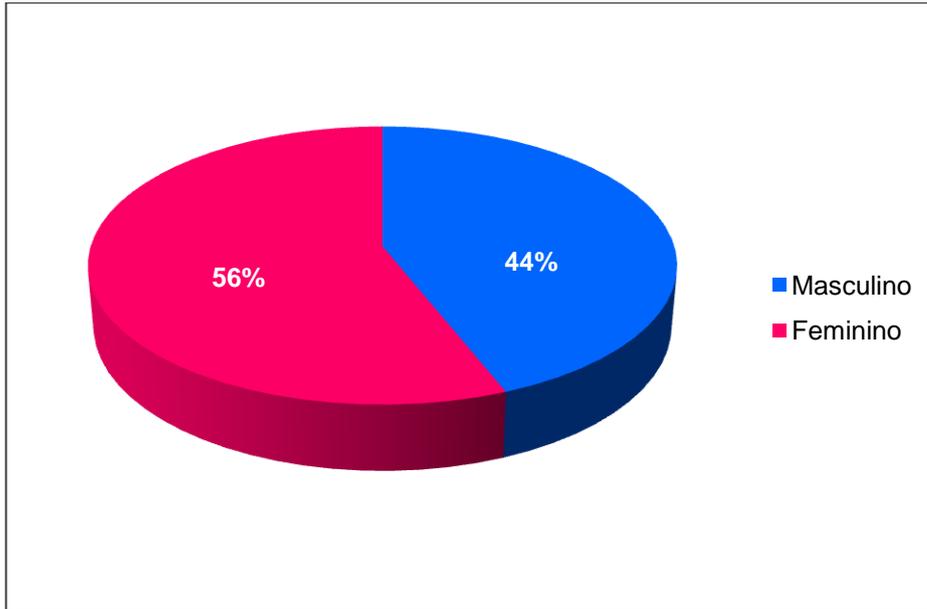
O principal fator que demonstra a eficiência do gestor público municipal é o fato deste observar as necessidades do cidadão e do município, priorizando a área de emergência para o cidadão. A principal característica da gestão pública municipal é compreender as prioridades essenciais da gestão e ter por foco a excelência no atendimento às necessidades do cidadão, pois é nessa compreensão que o desempenho da gestão pública pode se beneficiar.

Quando se fala em reeleição, o fator principal que a facilita são as ações gerenciais que proporcionam o desenvolvimento do município e que a melhora no atendimento dos serviços essenciais é o que esperam o cidadão, sabendo que é necessário à gestão evitar gastos, aproveitando o que se tem nas mãos.

Os cidadãos Serratalhadense esperam da gestão pública municipal a honestidade, a eficiência, a inovação e o desenvolvimento e acreditam que o

fortalecimento das bases sociais é fundamental à gestão pública municipal para a construção de uma sociedade mais justa e ainda que a competência nas ações gerenciais é o que influencia o eleitor na hora de escolher o gestor municipal.

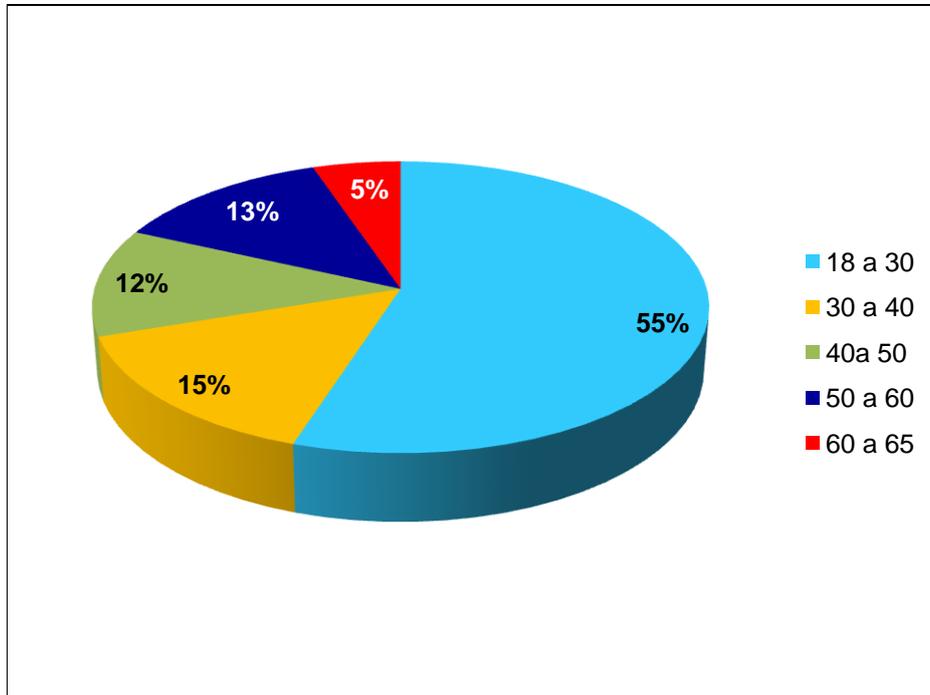
Gráfico 1.  
Serra Talhada  
Distribuição da população segundo o gênero



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 1 demonstra que a maioria dos entrevistados foi do sexo feminino, somando 56% do total. Essa maior participação feminina na pesquisa pode ser explicada, em parte, pelo fato da população do município, hoje, ter maior participação deste gênero. Como se sabe, a economia de Serra Talhada, a partir da crise do algodão e da pecuária, sofreu um sério revés e isso afetou a renda e as oportunidades de emprego, principalmente entre a população jovem masculina, tendo muitos destes migrado para outras cidades dentro ou fora do Estado, o que contribuiu para uma queda na participação dos homens na população.

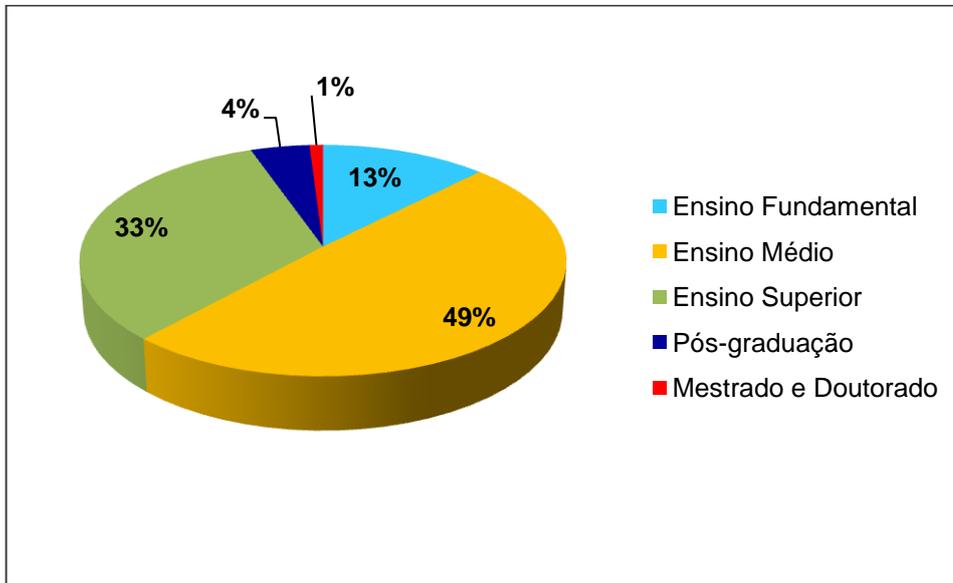
Gráfico 2.  
Serra Talhada  
Distribuição da população segundo a faixa etária



Fonte: Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 2 indica que o maior número de entrevistados tinha entre 18 e 30 anos, totalizando 55%, enquanto que a minoria tinha entre 60 e 65 anos de idade, perfazendo 5% do total. A amostra respeitou a faixa de idade, segundo último Censo Demográfico de 2010. Adotou-se como base a partir dos 18 anos, em função dos objetivos da pesquisa serem voltados especialmente para a população em idade eleitoral.

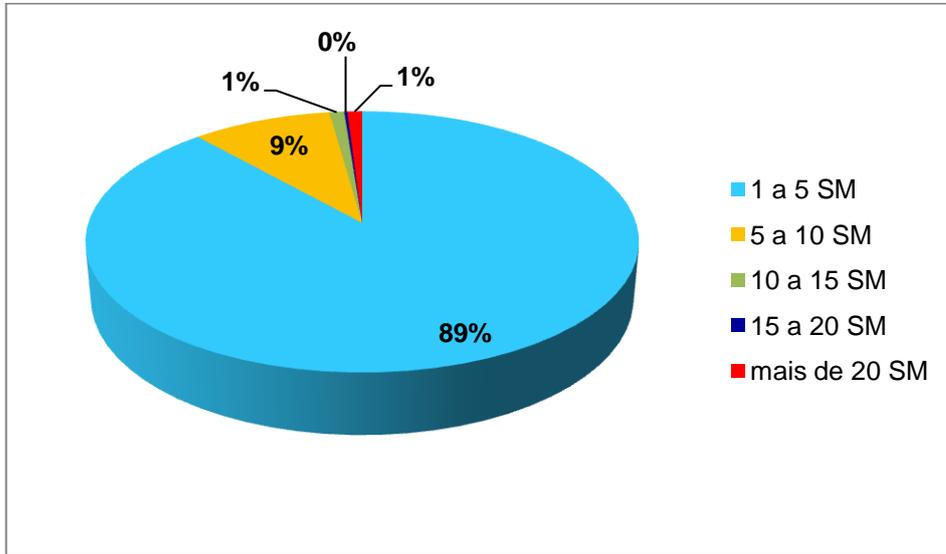
Gráfico 3.  
Serra Talhada  
Distribuição da população segundo a escolaridade



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 3 mostra que 49% dos entrevistados possuem o Ensino Médio e que o menor número de entrevistados possuem Mestrado e Doutorado (1%). O mesmo mostra também que uma grande parcela possui o Ensino Superior (33%) enquanto que apenas 13% possuem apenas o Ensino Fundamental. Conclui-se que, na soma dos resultados, 38% desses entrevistados tem formação acima do Ensino Médio. Trata-se de um fato auspicioso, considerando-se que a o Município de Serra Talhada está localizado em uma zona do Sertão de Pernambuco. Mais de um terço da população pesquisada possui algum nível superior - 3º Grau - fato que mostra que o Capital Social Básico do município é razoável, considerando-se os padrões de renda e produto local. Com efeito, o município possui uma tradição cultural extremamente fecunda. Muitos dos seus filhos migraram no passado para estudar na capital - Recife - e retornaram. Nos dias atuais, o município conta com um Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UAST); Faculdade Integrada no Sertão - FIS; Faculdades Extensivas em Pernambuco - FAEXPE; Universidade de Pernambuco - UPE, com vários cursos, inclusive o Curso de Medicina e com outras unidades privadas de ensino superior que são apoiadas pelo setor público local.

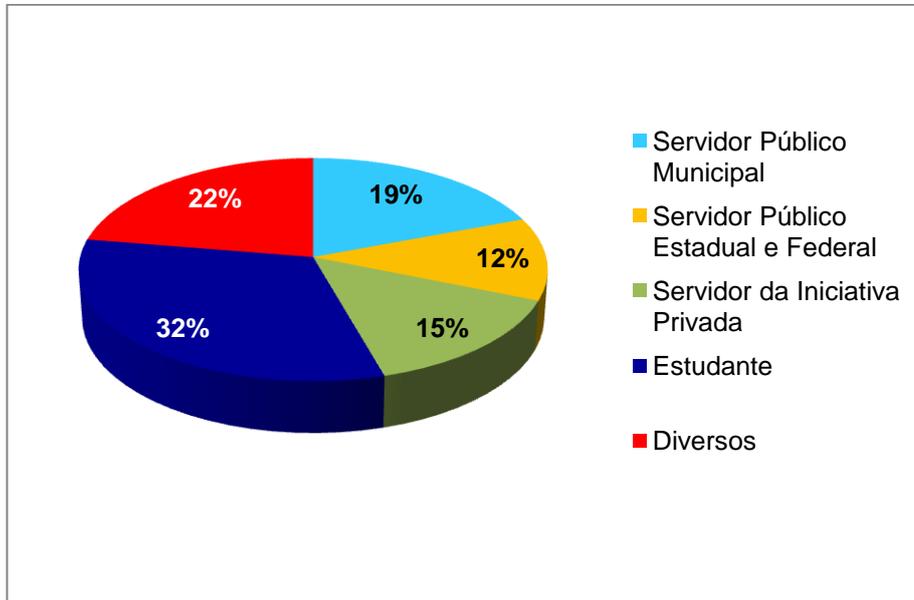
Gráfico 4.  
Serra Talhada  
Distribuição da população segundo a faixa salarial



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 4 demonstra que a grande maioria dos entrevistados recebe entre 1 e 5 salários mínimos (89%), tendo em vista os poucos recursos da família que geralmente são filhos de funcionários ou trabalham na Prefeitura ou Estado. A soma dos demais pertence à elite do Município, totalizando assim 11% do total dos entrevistados. Como foi destacado anteriormente, a renda e produto econômico do município de Serra Talhada gravita em torno do setor terciário, com destaque para o comércio de varejo e o setor público. Trata-se de uma região que se caracteriza por uma economia sem produção. Andam-se quilômetros e quilômetros e não se encontra um pé de feijão, algodão ou milho. A agricultura, bem como a pecuária, com a longa seca, foi quase totalmente destruída. A movimentação econômica do Município é resultado dos gastos do Governo Federal, Estadual e Municipal com salários, aposentadoria do INSS, LOAS e Bolsa Família. Essa massa salarial que vasculariza a economia municipal se multiplica, provocando o surgimento de uma atividade mercantil em supermercados, pequenos bares, restaurantes e outras atividades relacionadas ao comércio. Veja-se que uma grande parte dos indivíduos pesquisados, com nível universitário, recebe igual ou menos de cinco salários mínimos, o que demonstra a precariedade do mercado de trabalho local.

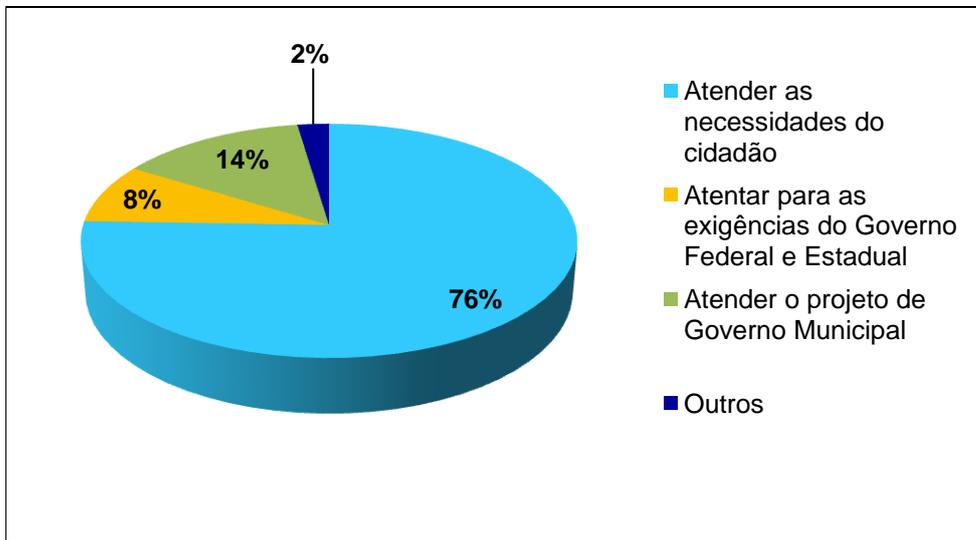
Gráfico 5.  
Serra Talhada  
Distribuição da população segundo a profissão



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 5 mostra que a maioria dos entrevistados (32%), é estudante e os demais são servidores municipais, estaduais/federais ou da iniciativa privada. Há também 22% que trabalham em diversas áreas diferentes das apresentadas. Essas evidências confirmam que é grande a população dependente das esferas Federal, Estadual ou Municipal. Não poderia ser diferente, pois não existe no Município uma atividade econômica de capital privado de peso e capaz de alavancar a sua economia.

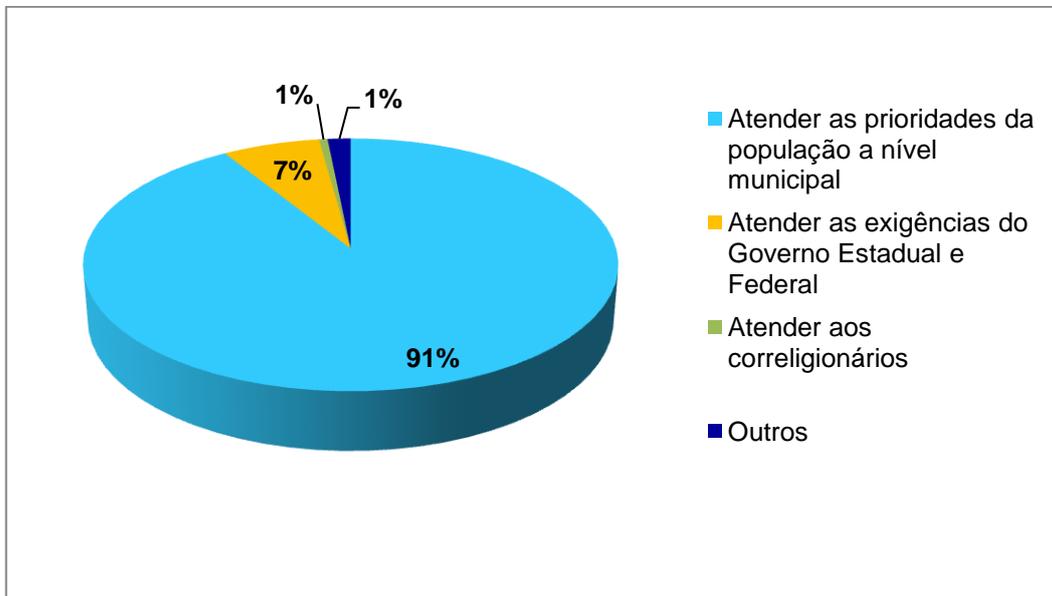
Gráfico 6.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto à função da Gestão Pública Municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

Segundo o gráfico 6, para 76% dos entrevistados, a função da gestão pública municipal é atender as necessidades do cidadão e em segunda instância atender o projeto de Governo Municipal. Feitas as considerações de caráter demográfico, procura-se agora investigar a mentalidade política dos residentes no Município. Para mais de 3/4 da população pesquisada, o objetivo da administração municipal é atender às necessidades do cidadão. Aqui cabe tudo: uma visão mais ideológica do papel do Estado até a visão mais clientelista, mais paroquial da administração pública. Embasado na experiência da gestão política adquirida ao longo dos anos no Município, percebe-se que boa parte dos consultados imagina o Estado como propriedade, não separando o que é público do que é privado.

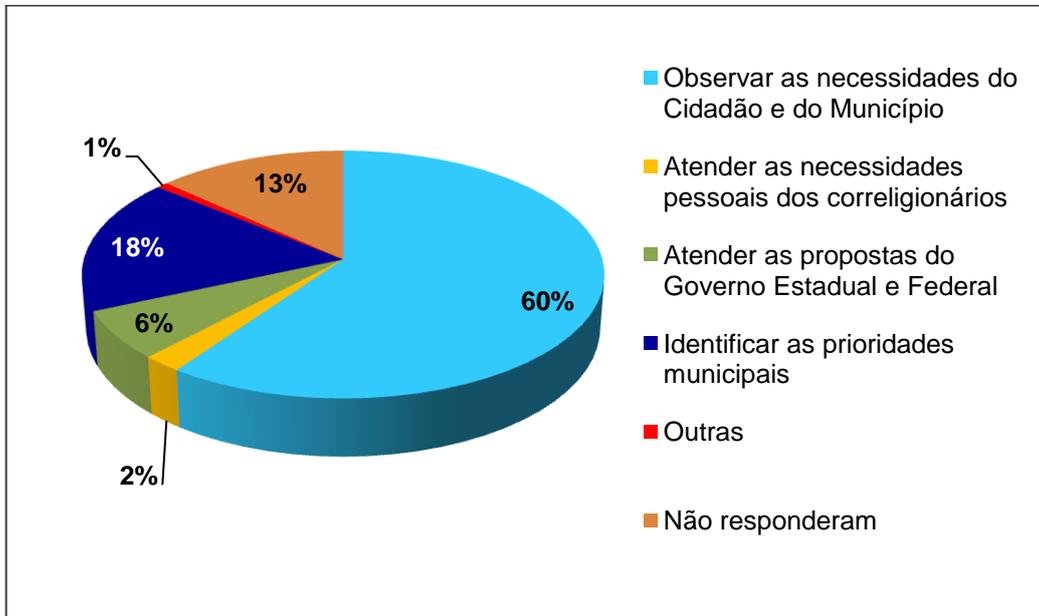
Gráfico 7.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto ao que é importante na Gestão Pública Municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

No gráfico 7, a grande maioria, portanto, 91%, afirma que o importante da gestão pública municipal é atender as prioridades da população a nível municipal. No caso de Serra Talhada, a visão dos eleitores é de que o gestor municipal deve criar condições de renda e trabalho, não importa se o orçamento da edilidade é capaz de comportar tal demanda. Está claro para o eleitor de que o município não conta com atividade produtiva, de caráter privado, sustentável, capaz de gerar emprego e renda e que esteja fora da órbita do setor público, então a única válvula de escape encontra-se no emprego público, Bolsa Família.

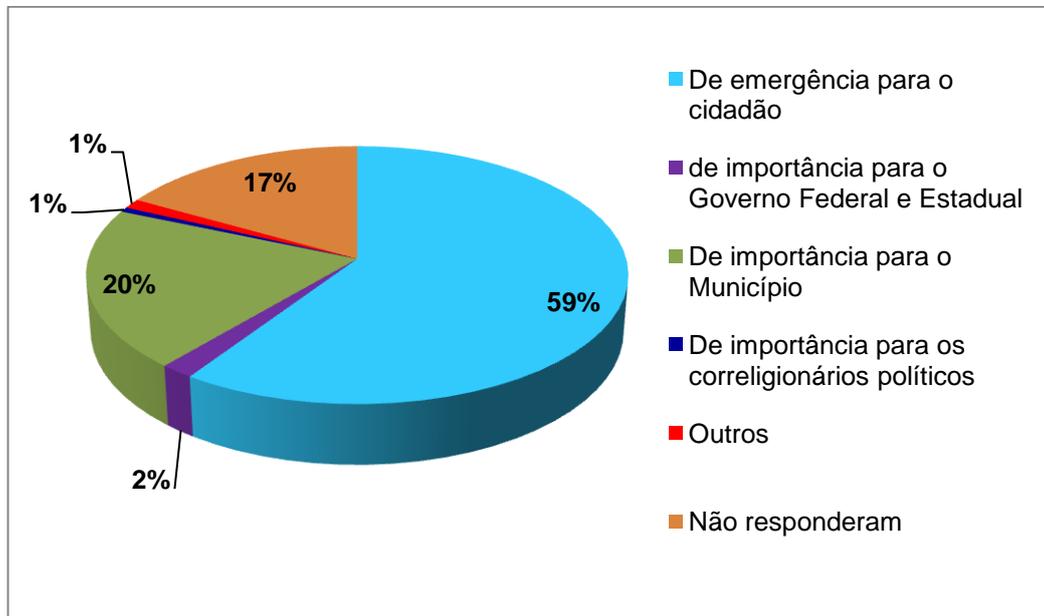
Gráfico 8.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto aos fatores que demonstram a eficiência do trabalho do gestor público municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O gráfico 8 mostra que para 60% dos entrevistados o principal fator que demonstra a eficiência do gestor público municipal é quando o mesmo observar as necessidades do cidadão e do município, seguido por identificar as prioridades municipais. Percebe-se que uma grande parcela que somou 13% não respondeu a essa questão. É de ser perguntar como um Município que não apresenta produção de bens advindos de setores agrícolas, industriais e privados pode dar outra prioridade senão à própria população. Essa é a visão dos Serra-talhadenses.

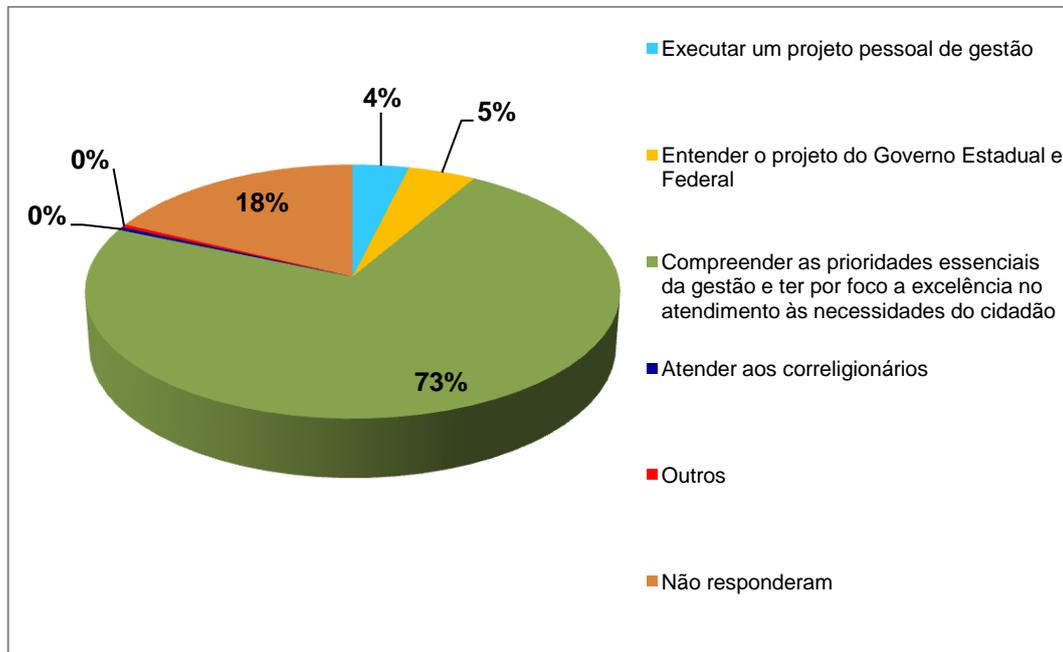
Gráfico 9.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto às áreas prioritizadas na Gestão Pública Municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O gráfico 9 demonstra que, para mais da metade dos entrevistados, 59%, a área que deve ser priorizada na gestão pública municipal é a de emergência para o cidadão, seguida da importância para o município (20%). 17% dos entrevistados não responderam a essa questão. No contexto de pobreza e miséria, gerada pela seca que já se prolonga por longo período, faz bastante sentido a questão “da emergência” ser destacada por mais da metade dos entrevistados. A população mais pobre do município encontra no poder municipal o único pilar, o único suporte para minimizar as suas agruras, a sua fome. Daí porque os prefeitos das cidades do sertão nordestino usam os recursos da municipalidade para auxiliar as pessoas mais pobres, mais humildes, seja com emprego temporário ou colocando na folha de pagamento da Prefeitura com emprego permanente.

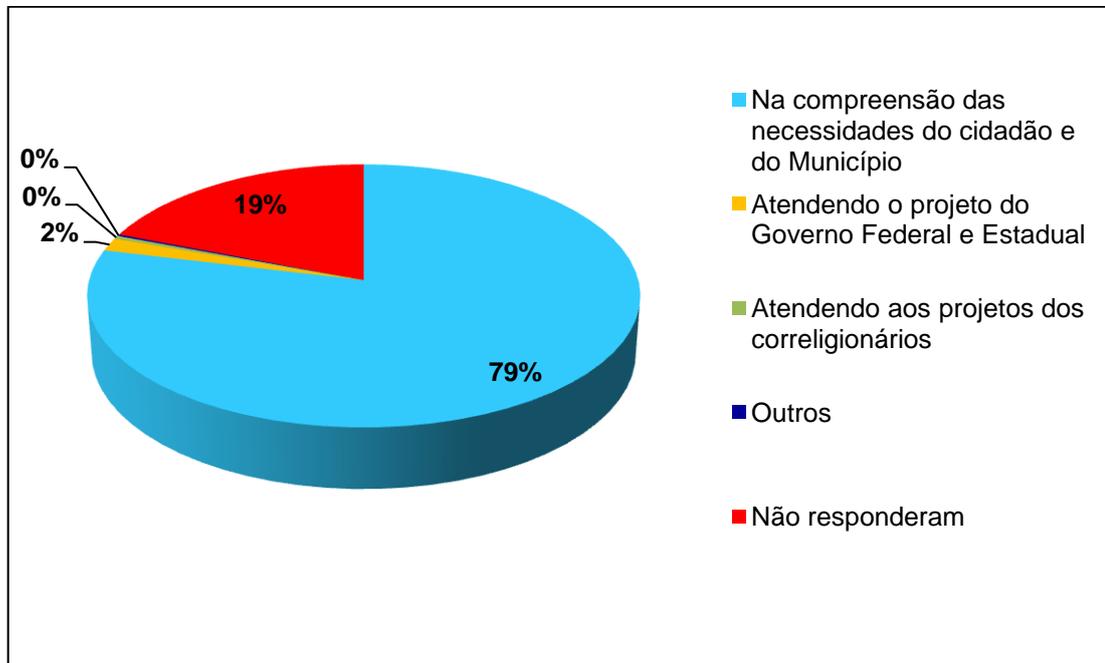
Gráfico 10.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto às características da boa Gestão Pública Municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 10 demonstra que uma grande parcela dos entrevistados (73%) vê como principal característica da gestão pública municipal, compreender as prioridades essenciais da gestão e ter por foco a excelência no atendimento às necessidades do cidadão, 18% não respondeu a essa questão. A população mais esclarecida e de maior nível de renda e instrução, acredita que a Prefeitura deveria focar a excelência no atendimento às necessidades do cidadão. Mas isso provavelmente nunca acontecerá, pois os recursos da prefeitura são limitados pelo Fundo de Participação Municipal (FPM). A ausência de atividade produtiva de origem industrial, especialmente, faz com que seja extremamente baixa a geração de ICMS. Assim sendo, a administração municipal conta somente com as transferências constitucionais como o FPM, e com uma pequena parcela do ICMS arrecadado pela administração estadual e retalhado com os mais de 180 municípios do Estado.

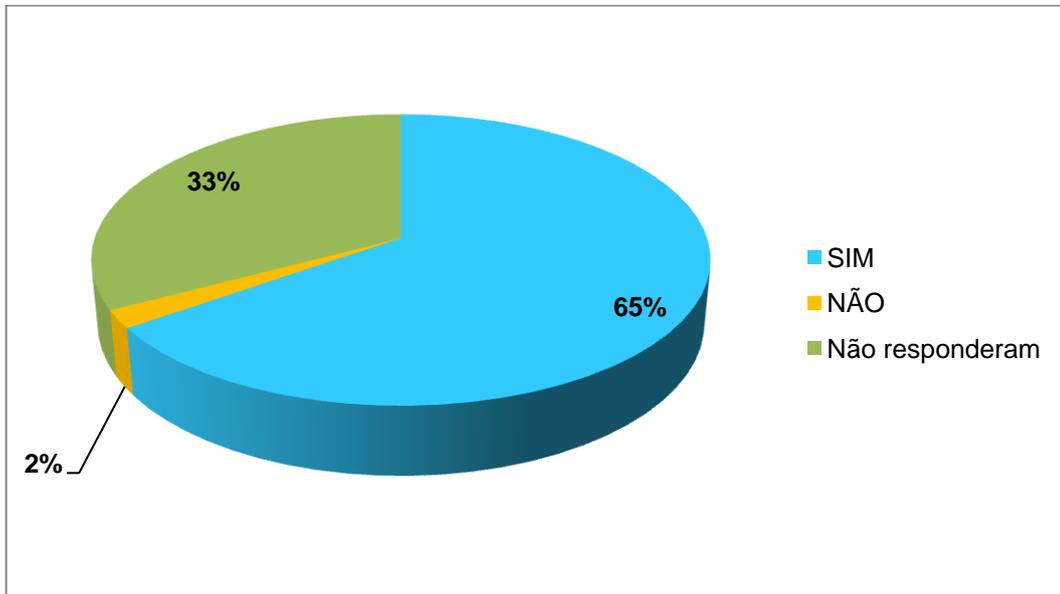
Gráfico 11.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto ao monitoramento dos indicadores municipais



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O gráfico 11 demonstra que 79% dos entrevistados responderam que é na compreensão das necessidades do cidadão e do município que o desempenho da gestão pública pode se beneficiar. 19% dos entrevistados não responderam a essa questão. A população entrevistada tem uma clara compreensão das suas necessidades e defendem que a gestão pública precisa realmente trabalhar com foco no cidadão, naqueles que o colocou no poder. Para os entrevistados, o candidato que não adotar essa prática está fadado ao insucesso como político.

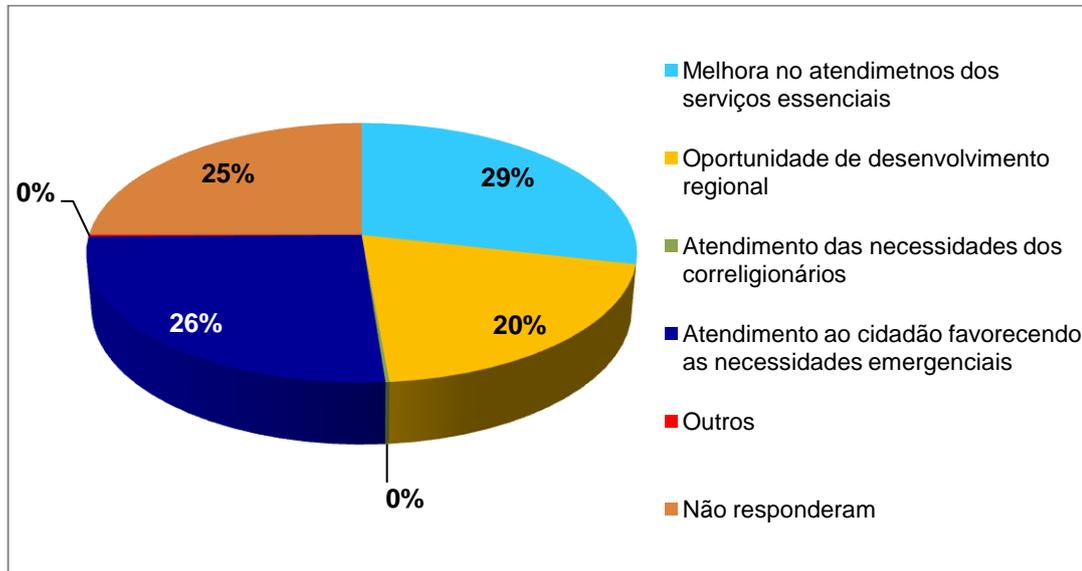
Gráfico 12.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto às ações gerenciais que promovem o desenvolvimento do Município facilita a reeleição do gestor municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

No gráfico 12 observamos que para 65% dos entrevistados, as ações gerenciais que proporcionam o desenvolvimento do município facilita a reeleição do gestor municipal enquanto que para apenas 2% isso não interfere. 33% não opinaram. Evidentemente que a resposta é óbvia. Qualquer obra ou realização no campo cultural – praça, campo de futebol, escola rural, além de promoção de eventos festeiros – contribui para a reeleição do prefeito. É sabido que municípios pobres do sertão possuem uma taxa de governança extremamente baixa, especialmente na elaboração de políticas públicas que contribuam para o incremento da produção agrícola e industrial do município. Pessoas altruístas, que desejam o máximo de bem comum para os seus concidadãos, tendem a focar suas atenções em ações que diminuam a dependência dos cidadãos ao Estado. Tais concepções de política pública ainda não chegaram à Serra Talhada e não fazem parte do ideário das suas elites.

Gráfico 13.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto aos benefícios esperados pelo cidadão na gestão pública municipal

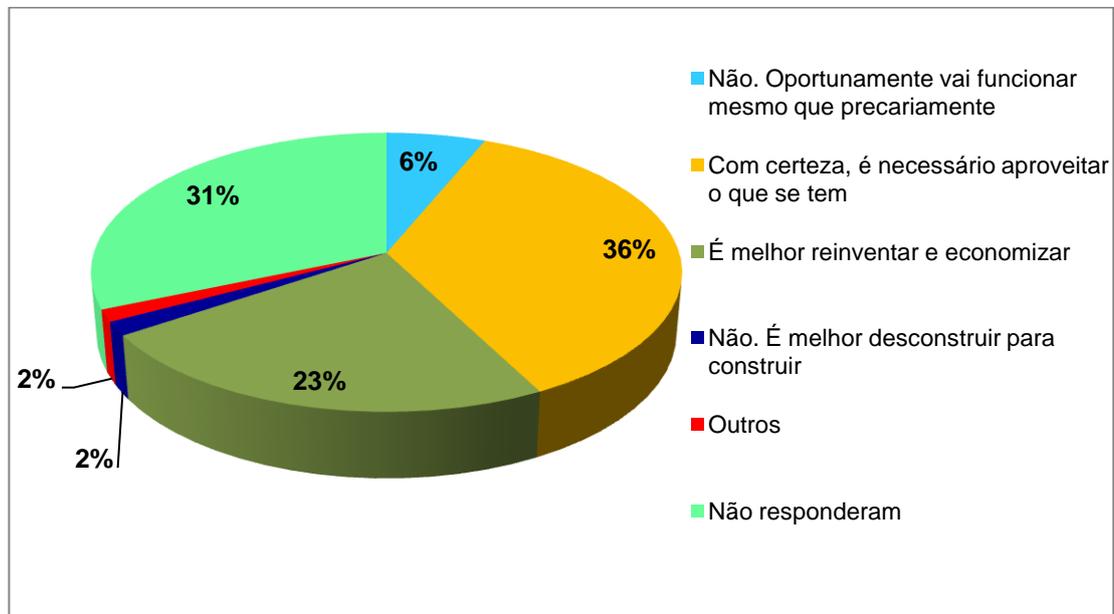


Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 13 demonstra o equilíbrio entre os benefícios esperados pelo cidadão, pois, 29% apontaram a melhora no atendimento dos serviços essenciais como o principal benefício, seguindo de oportunidade de desenvolvimento regional e atendimento ao cidadão nas necessidades emergenciais, com 20% e 26% respectivamente. 25% não opinaram nessa questão.

Percebe-se que  $\frac{1}{4}$  dos entrevistados não possuem uma clara percepção dos limites que possui uma prefeitura de um município pobre como Serra Talhada. A ignorância da população é clara nessa questão. Prefeitura de município pobre não têm condições de realizar ações de desenvolvimento regional. Isso é tarefa dos governos Federal e Estadual.

Gráfico 14.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto à necessidade de reinventar ações para redução de gastos na gestão municipal



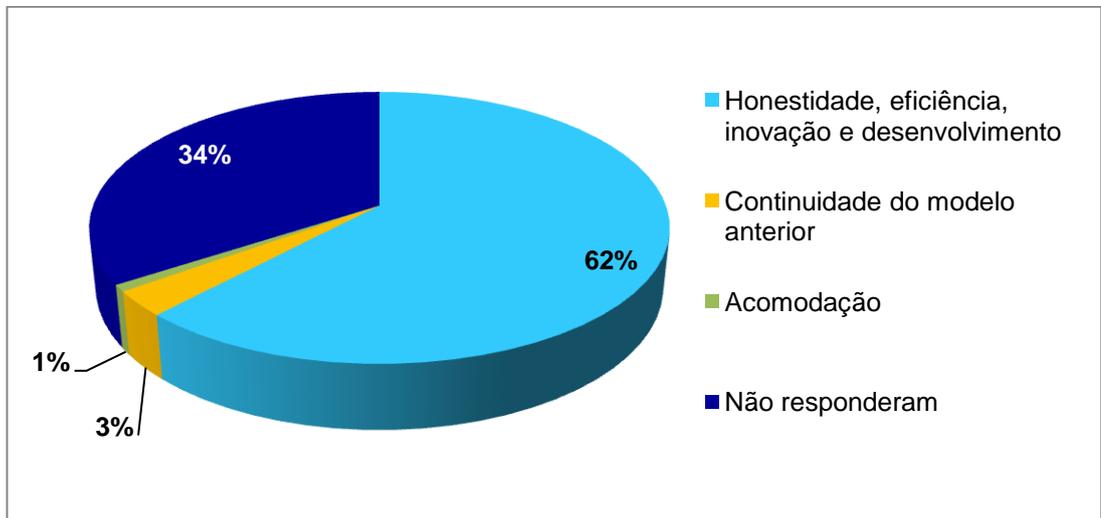
Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 14 demonstra que 36% dos entrevistados acreditam que é necessário evitar gastos, aproveitando o que se tem, seguido por reinventar e economizar, com 23% dos entrevistados. 31% não opinaram a respeito.

Mais uma vez fica patente o grau de ignorância política dos respondentes. Como minimizar gastos da prefeitura em um período de violenta seca? A única opção do Prefeito é solicitar ajuda aos governos Estadual e Federal. Felizmente, durante a época da pesquisa, a política de assistência do Governo Federal já estava funcionando, através do Bolsa Família.

Mesmo sendo pouco para cada família, esse benefício evitou, em parte, o poder dos novos coronéis urbanos e deu um mínimo de dignidade às famílias que vivem abaixo da linha de pobreza.

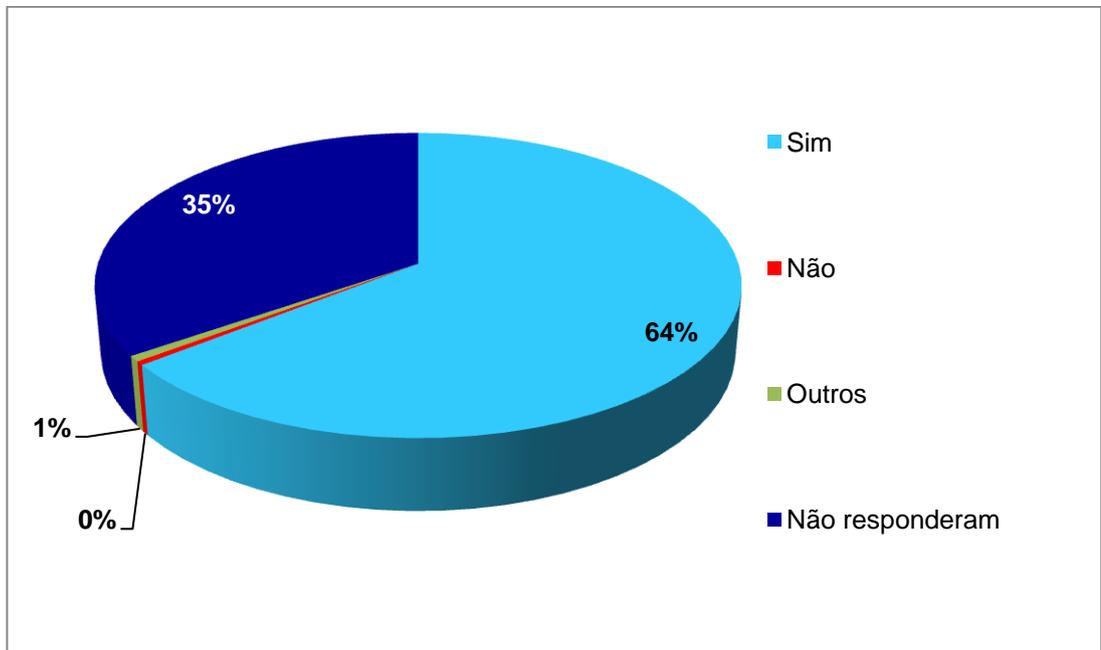
Gráfico 15.  
Serra Talhada  
Opinião da população quanto ao esperado da Gestão Pública Municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 15 demonstra que mais da metade dos entrevistados, portanto, 62%, espera da gestão pública municipal honestidade, eficiência, inovação e desenvolvimento, seguido de continuidade do modelo anterior, com 3% dos entrevistados. 34% não responderam. Essa questão está relacionada de um lado com a governança e de outro com a ética na política. Graças à disseminação da informação através dos meios eletrônicos de comunicação e das redes sociais, bem como em função da melhoria do nível de instrução, a questão da corrupção, da má administração dos recursos públicos tem sido objeto de ampla indignação da população de todas as classes de renda e nível de instrução. As reformas institucionais mais recentes oriundas do poder legislativo nacional que tonificam a questão da transparência, além da plena operacionalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, têm contribuído para um avanço significativo no controle dos agentes públicos de todas as esferas, especialmente a nível municipal. Ainda assim, um terço dos respondentes de Serra Talhada não acredita ou não entende o que está acontecendo no âmbito da administração pública.

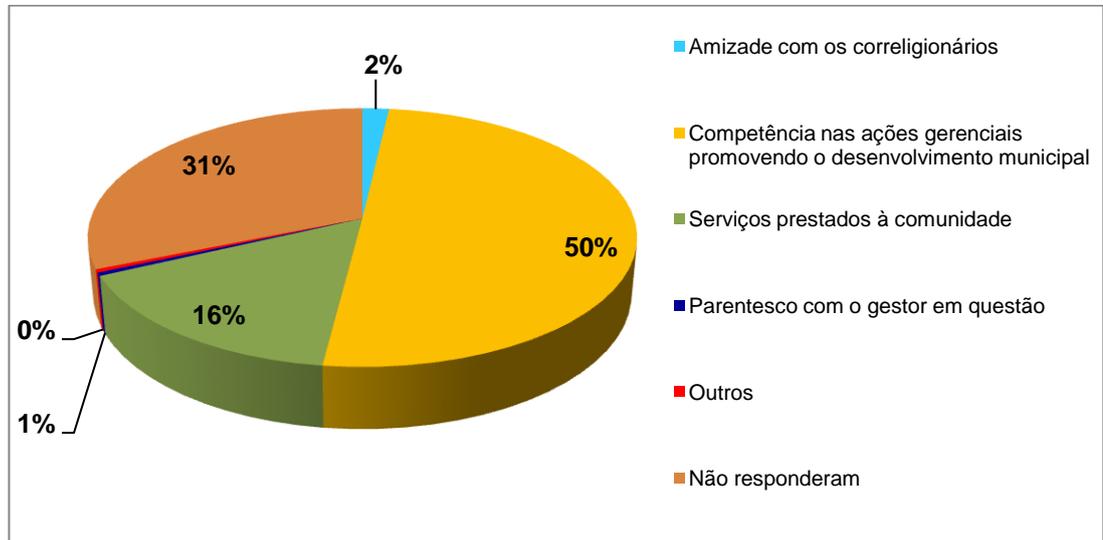
Gráfico 16.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto à importância do fortalecimento das bases sociais



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 16 demonstra que 64% dos entrevistados, acreditam que o fortalecimento das bases sociais é fundamental à gestão pública municipal para a construção de uma sociedade mais justa. 35% não responderam a esse assunto. Essa questão é muito importante e mostra que uma parte significativa da população ainda está alheia às grandes mudanças institucionais que estão se processando no âmbito da governança pública. Acredita-se que os 35% que não responderam são pessoas dotadas de baixa instrução e que não percebem a dimensão dos avanços que estão ocorrendo na sociedade brasileira, especialmente no âmbito da transparência. Trata-se de um grupo de pessoas com reduzido nível ideológico, extremamente vulnerável economicamente e que depende, em larga medida, das políticas clientelistas dos políticos locais.

Gráfico 17.  
Serra Talhada  
Visão da população quanto ao que influencia o eleitor na hora de escolher o gestor municipal



Fonte: Pesquisa direta, ago. 2012.

O Gráfico 17 mostra que para a metade dos entrevistados (50%), a competência nas ações gerenciais é o que influencia o eleitor na hora de escolher o gestor municipal, seguido pelos serviços prestados à comunidade, com 16%. 31% não opinaram a respeito. Sabe-se que o grau de liberdade gerencial de um prefeito de um município pobre como Serra Talhada é extremamente limitado. Em um cenário econômico como o de Serra Talhada, os prefeitos procuram realizar o trivial de uma administração municipal que consiste em prover educação para os mais pobres, pois os mais ricos colocam os seus filhos em escola privada; merenda escolar de baixa qualidade, pois na maioria dos casos os produtos são importados de fora dos limites do município; limpeza da cidade - varrição - com coleta de lixo e alguma ação de saúde pública, através de uns poucos postos de atendimento. No período das festas, de acordo com o calendário municipal, prover a contratação de eventos para os moradores locais. As prefeituras de municípios pobres não contam com recursos para realizar obras estruturadoras de grande porte como um canal de irrigação ou uma adutora de vários quilômetros que contribua para o benefício dos produtores rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa observou que na história do desenvolvimento do município de Serra Talhada, estado de Pernambuco, está implícita a realidade de um Brasil que a passos longos vem conquistando o desenvolvimento dos estados brasileiros e o respeito de outras nações. Não seria diferente para o desenvolvimento dos municípios.

Na administração do município, em pauta, objeto dessa pesquisa, também não foi diferente. Nascida como fazenda de gado, se firmando logo após como Vila, para denominar-se em 1938 de Serra Talhada.

As dificuldades advindas da escassez de chuva, clima quente e ausência de mercado de trabalho, influenciaram o cidadão que, em busca de sobrevivência, tinha que procurar outras regiões para trabalhar, durante a estiagem.

As condições políticas permearam também a visão dos governantes e a maneira do sertanejo lidar com as autoridades. Considerada como berço do cangaço e do coronelismo, as decisões políticas giravam em prol dos afilhados e dos apadrinhados políticos. Daí se resulta a ciranda de prefeitos que assumiam a prefeitura com apoio político dos seus pares, motivo de acordo feito nos bastidores do município.

Essencial nessa reflexão é lembrar que a Lei nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) não existia, promovendo quebra de caixa com obras e projetos inacabados, instaurando a escassez de fundos financeiros para promover o desenvolvimento do município.

No período de 1997 a 2000, o panorama começa a mudar e o município vislumbra uma nova oportunidade de desenvolvimento, com proposições que indicam uma maior preocupação com o cidadão.

A partir de 2005, o cenário se volta radicalmente para uma alteração na postura do gestor e do eleitor. Essa nova modalidade de gerir a máquina pública municipal tem o reforço do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e de seus projetos empreendedores, estimulado pela competência e pela visão do então Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva que, durante sua gestão como

presidente, esteve voltado para o cidadão carente, minimizando a injustiça social, favorecendo a educação e o desenvolvimento da nação como um todo, em especial na região nordestina, projetos e mais liberação de verbas para as melhorias necessárias.

Embalado nesse momento desenvolvimento está o município de Serra Talhada que teve a oportunidade de repensar a história atraída pelo crescimento, contando com a destreza de um gestor atuante que acelerou o desenvolvimento através do funcionamento da máquina municipal na sua estrutura vigente.

Houve mudanças com o propósito de favorecer o progresso econômico e cultural, estabelecer as bases de uma democracia participativa, proteger e estimular a prática da cidadania, sob os fundamentos dos ideais de liberdade e justiça social, em consonância com a construção de um Estado de Direito e de uma solidária e humana democracia. Assim a democracia participativa ainda precisa se consolidar, mas a nova compreensão do cidadão em prol de seus direitos e da conquista do mesmo (direitos) vem demonstrar que haverá pressão para que as transformações continuem acontecendo.

A Constituição Federal de 1998 em seu caráter político se destaca pela luta não só de classes sociais, mas de tendências e seguimentos econômicos e profissionais através de seus representantes Constituintes, que a todo modo, em grupos ou isolados, tentam garantir a consagração dos interesses de quem representam, sob aspectos específicos. Entretanto, como respostas aos anseios e reclamos morais da sociedade no todo formalizam e normatizam questões sociais, ambientais e proteção às minorias, com significados avanços que enchem os olhos da comunidade mundial.

A pesquisa ora tabulada vem confirmar essa nova perspectiva de mudança, quando salienta que a função da Gestão Pública Municipal é atender às necessidades do cidadão e que o importante neste é atender as prioridades da população a nível municipal, e que os fatores positivos de um gestor é observar as necessidades do cidadão e do município, priorizando-as.

A Gestão pública não deve ser restrita apenas àquelas continências de controle, regulação, condução, mas também como complexo de perspectivas, planos e dinâmicas de gerar, gerir e girar (mudanças paradigmáticas,

transformações sociais). No mais, o gestor que trabalhar e proporcionar o desenvolvimento do município, será reeleito.

De muita relevância é saber que o eleitor espera do gestor, honestidade, eficiência, inovação e desenvolvimento, selando a nova visão do cidadão que começa a ser criterioso nas suas escolhas, que desperta para as atuações da administração municipal, compreendendo e avaliando na postura das ações a presença ou a falta de dinamismo e compromisso com o desenvolvimento local. Contudo é preciso reconhecer que o fortalecimento da democracia ainda precisa da consolidação das bases sociais, ou seja, a aplicação dos pressupostos da escolha racional à decisão eleitoral pois essa é mediada por um cálculo feito pelo eleitor: se os benefícios esperados pelo voto forem maiores que seus custos, ele vota, caso contrário, prefere se abster.

Com certeza a democracia municipal, a nível de gestão local, ainda prima pelos eleitores que compartilharam e atuaram durante a campanha, o clientelismo ainda tenta subjugar os desinformados. Mas, de longe o cidadão se encontra a espreita, consciente, investigativo, aguardando a oportunidade de disseminar os resultados na próxima campanha eleitoral. A predominância da vontade popular, a busca pela igualdade, que reluz na aceitação da vontade da maioria com critério para obrigar o todo, que só se justificam se for recebido o argumento de que todos os homens são iguais como reza a Constituição Federal em seu artigo 5º.

## REFERÊNCIAS

ALEPE PE. **Augusto Cesar - PTB**. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2010a. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3596&dep=12>>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Sebastião Oliveira Júnior - PR**. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2010b. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3596&dep=46>>. Acesso em: 16 maio 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BRASIL. **Lei nº 160 de 20 de outubro de 1964**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 164 de 12 de junho de 1964**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 169 de 02 de dezembro de 1964**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 57 de 26 de dezembro de 1955**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei de nº 203 de 14 de novembro de 1966**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 218 de 06 de junho de 1967**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 238 de 26 de novembro de 1968**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 241 de 10 de dezembro de 1968**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 270 de 11 de junho de 1969**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 294 de 06 de novembro de 1970.** Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 312 de 02 de outubro de 1971.** Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=l>>. Acesso em: 22 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.** Organização dos textos e índices Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 4. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CÂMARA. **Lei Orgânica do Município de Serra Talhada.** Plenário Manoel Andreino Nogueira, Serra Talhada, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 002/2008.** Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Serra Talhada. Serra Talhada, 2008b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política, a história que vivi.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1958. v. XVIII.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Justiça social: uma relação contraditória e possível entre o “seu” e o “eu”?** Sociedade em Debate, Pelotas, nº 52, v. 12, p. 51-66, jun./2006. Disponível em: <[http://www.ucpel.tche.br/revista\\_soc\\_debate/arq\\_artigos/33\\_v12n1jan\\_jun2006/02.pdf](http://www.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/arq_artigos/33_v12n1jan_jun2006/02.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FERRER, Florencia; LIMA Cristian. Custo do recolhimento de tributos sobre veículos para o estado de São Paulo - IPVA. *In*: FERRER, Florência; LIMA, Cristian.(org.) **Gestão pública eficiente: Impactos Economicos de Governos Inovadores.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 71-88.

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA. **Prefeitos de Serra Talhada.** Disponível em: <[http://www.fundacaocasadacultura.com.br/site/index.php?p=materias\\_ver&lid=275](http://www.fundacaocasadacultura.com.br/site/index.php?p=materias_ver&lid=275)> Acesso em: 12 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Argemiro Pereira de Meneses.** Publ. 2012. Disponível em: <[http://www.fundacaocasadacultura.com.br/site/index.php?p=materias\\_ver&id=275](http://www.fundacaocasadacultura.com.br/site/index.php?p=materias_ver&id=275)>. Acesso em: 22 mar. 2013.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade.** Tradução Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Brenner. **Guardas municipais: possibilidades e perspectivas**. Porto Alegre: Guayí, 2006. Disponível em: <<http://www.comunidadesegura.org/files/Guarda%20Municipal%20Possibilidades%20e%20Perspectivas.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1976.

OLIVEIRA, Sebastião Andrade. **Genealogia pernambucana**. Serra Talhada, 2010. Disponível em: <<http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=46208&dir=genxdir/>> Acesso em: 22 maio 2013.

OSBORNE, David; GAEBLER. **Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. 10. ed. Brasília: MH Comunicação, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Do estado patrimonial ao gerencial**. 2010. Disponível em: <[http://www.gp.usp.br/files/gespub\\_estado.pdf](http://www.gp.usp.br/files/gespub_estado.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2013.

PICCHIAI, Djair. **As funções administrativas: secretaria de planejamento**. São Paulo: Unifesp, 2010. Disponível em: <[http://dgi.unifesp.br/seplan/templates/docs/seplan-funcoes\\_administrativas.pdf](http://dgi.unifesp.br/seplan/templates/docs/seplan-funcoes_administrativas.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2013.

REGIMENTO INTERNO. **1ª Plenária popular do orçamento participativo neste bairro**. Serra Talhada - PE, 2013.

ROSSI, Luiz Carlos, *et al.* **Gestão pública municipal: ideias e práticas para prefeitos, gestores e técnicos**. Campo Grande: Letra Livre, 2004.

SANTOS, Maria Paula Gomes de. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. USFB: Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. **O coronelismo em Salgueiro: Uma análise na trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920 - 1945)**. Recife: Bagaço, 2008.

SOARES, Cornélio. Eram os “coronéis” homens nascidos para liderar, verdadeiros varões. Era Cornélio Soares um desses homens. **Diário de Pernambuco**. Recife, Caderno Opinião, 27 agosto 2005. Disponível em: <<http://www.serratalhada.net/nossagente/mostra.asp?noticia=noticia29.asp#>>. Acesso em: 22 maio 2013.

TRE. **Evolução do eleitorado período de 2000 a 2012**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/evolucao-do-eleitorado>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

VERGOLINO, José Raimundo, *et al.* **Programa de interiorização do desenvolvimento sustentável do Estado de Pernambuco**. PROMAS (ProMATA, ProAGRESTE, ProSERTÃO). Sertão do Pajeú. Versão Preliminar. [s.d ].

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste**. Rio de Janeiro: ABDR, 2006.

## APÊNDICE

## QUESTIONÁRIO APLICADO

Entrevistado: \_\_\_\_\_

- 1 Gênero:** 1.1 ( ) Masculino.  
1.2 ( ) Feminino.

### 2 Idade

- 2.1 ( ) 18 a 30    2.4 ( ) 50 a 60  
2.2 ( ) 30 a 40    2.5 ( ) 60 a 65  
2.3 ( ) 40 a 50

### 3 Escolaridade

- 3.1 ( ) Ensino Fundamental.  
3.2 ( ) Ensino Médio.  
3.3 ( ) Ensino Superior.  
3.4 ( ) Pós Graduação.  
3.5 ( ) Mestrado e Doutorado.

### 4 Faixa salarial

- 4.1 ( ) 1 a 5 salários mínimos.  
4.2 ( ) 5 a 10 salários mínimos.  
4.3 ( ) 10 a 15 salários mínimos.  
4.4 ( ) 15 a 20 salários mínimos.  
4.5 ( ) Mais de 20 salários mínimos.

### 5 Profissão

- 5.1 ( ) Servidor Público Municipal.  
5.2 ( ) Servidor Público Estadual e Federal.  
5.3 ( ) Servidor da Iniciativa Privada.  
5.4 ( ) Estudante.  
5.5 ( ) Diversos.

### 6 Qual a função da gestão pública municipal? (Escolha uma ou mais opção).

- 6.1 ( ) Atender as necessidades do cidadão.  
6.2 ( ) Atentar para as Exigências do Governo Federal e Estadual.  
6.3 ( ) Atender o projeto de governo municipal.  
6.4 ( ) Outros. \_\_\_\_\_.

### 7 O que você julga importante na gestão pública municipal?

- 7.1 ( ) Atender as prioridades da população a nível municipal.  
7.2 ( ) Atender as exigências do governo Estadual e Federal.  
7.3 ( ) Atender aos correligionários.  
7.4 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

### 8 Quais fatores positivos evidenciam a operacionalização do gestor público no cargo público municipal?

- 8.1 ( ) Observar as necessidades do Cidadão e do Município.  
8.2 ( ) Atender as necessidades pessoais dos correligionários.  
8.3 ( ) Atender as propostas do governo Estadual e Federal.  
8.4 ( ) Identificar as prioridades municipais.  
8.5 ( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_.

### 9 Quais as áreas que devem ser priorizadas na gestão pública municipal?

- 9.1 ( ) De emergência para o cidadão.  
9.2 ( ) De importância para o governo Federal e Estadual.  
9.3 ( ) De importância para o município.  
9.4 ( ) De importância para os correligionários políticos.  
9.5 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_.

### 10 Quais as características de uma boa gestão pública municipal?

- 10.1 ( ) Executar um projeto pessoal de gestão.  
10.2 ( ) Entender o projeto do governo Estadual e Federal.  
10.3 ( ) Compreender as prioridades essenciais da gestão e ter por foco a excelência no atendimento as necessidades do cidadão.  
10.4 ( ) Atender ao correligionário.  
10.5 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_.

### 11 Como o monitoramento dos indicadores das necessidades dos cidadãos pode beneficiar o desempenho da gestão pública municipal?

- 11.1 ( ) Na compreensão das necessidades do cidadão e do município.  
11.2 ( ) Atendendo o projeto do governo Federal e Estadual.  
11.3 ( ) Atendendo aos projetos dos correligionários.  
11.4 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_.

### 12 As ações gerenciais quando proporcionam o desenvolvimento do município, facilita a reeleição do gestor ou a eleição do seu sucessor?

- 12.1 ( ) Sim.  
12.2 ( ) Não.

**13 Qualitativamente quais os benefícios que o cidadão espera da gestão pública municipal?**

- 13.1 ( ) Melhora no atendimento dos serviços essenciais.
- 13.2 ( ) Oportunidade de desenvolvimento regional.
- 13.3 ( ) Atendimento das necessidades dos correligionários.
- 13.4 ( ) Atendimento ao cidadão favorecendo as necessidades emergenciais.
- 13.5 ( ) Outros Quais? \_\_\_\_\_.

**14 Existe a necessidade de reinventar ações do cargo público já existentes para redução de gastos e concretização das ações?**

- 14.1 ( ) Não. Oportunamente vai funcionar mesmo que precariamente.
- 14.2 ( ) Com certeza, é necessário aproveitar o que se tem.
- 14.3 ( ) É melhor reinventar e economizar.
- 14.4 ( ) Não. É melhor desconstruir para construir.
- 14.5 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_.

**15 O que você espera da gestão atual?**

- 15.1 ( ) Honestidade; eficiência; inovação e desenvolvimento.
- 15.2 ( ) Continuidade do modelo anterior.
- 15.3 ( ) Acomodação.

**16 O fortalecimento das bases sociais para a construção de uma sociedade mais justa é fundamental à gestão pública?**

- 16.1 ( ) Sim.
- 16.2 ( ) Não.
- 16.3 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_.

**17 O que mais o influencia na hora de escolher um candidato?**

- 17.1 ( ) Amizade com os correligionários.
- 17.2 ( ) Competência nas ações gerenciais promovendo o desenvolvimento municipal.
- 17.3 ( ) Serviços prestados a comunidade.
- 17.4 ( ) Parentesco com o gestor em questão.
- 17.5 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_.

## **ANEXOS**

## O QUE É ORÇAMENTO PARTICIPATIVO?

Nº 01

O Orçamento Participativo é um espaço em que os moradores reunidos em fóruns e plenárias Populares decidem as prioridades para o orçamento municipal ou mesmo de seu Bairro. Os moradores se reúnem para debater e decidir as propostas de investimento para sua Comunidade e também elegem os delegados, que acompanham o trabalho da Prefeitura. Todos os moradores do Município e neste caso do Bairro, maiores de 14 anos, participam com direito a voz e voto nas atividades da Plenária Popular do Orçamento Participativo.

### PARA ENTENDER O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO É PRECISO COMPREENDER O ORÇAMENTO MUNICIPAL:

O orçamento da Prefeitura é parecido com o da nossa casa. O dinheiro que entra é chamado de receita e o que sai recebe o nome de despesa. Por isso, é importante planejar bem para decidir quais são as prioridades. Assim como os moradores, a Prefeitura também faz as suas contas. Ela divide o orçamento municipal em três blocos:

**Receita** - é a soma de todo o dinheiro que entra no cofre público: IPTU, ISS, contribuições e repasses de impostos federais e estaduais.

**Despesa** - são os gastos gerais da Prefeitura: salários dos funcionários, materiais para os equipamentos públicos, manutenção, água, luz e o pagamento de dívidas.

**Investimento** - assim como em casa, o dinheiro que não é usado para pagar as despesas é aplicado em novas obras e serviços ou para melhorar e ampliar o que já existe.

### DIFERENÇAS ENTRE O ORÇAMENTO MUNICIPAL E O ORÇAMENTO DOMÉSTICO:

#### Primeira diferença: Tempo de Planejamento

Em casa, costumamos planejar para o mês. Na Prefeitura, o planejamento é feito pensando no ano inteiro, no médio e longo prazo. O Orçamento é sempre elaborado de um ano para o outro. Exemplo, em 2013 são definidas as receitas, despesas e investimentos para 2014. O mesmo acontece nos anos seguintes.

#### Segunda diferença: Leis Federais

Para garantir maior transparência no uso do dinheiro público, os municípios, estados e o Governo Federal devem seguir leis e planos, como a Constituição Federal, a Lei nº 4320 e a Lei nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

### ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP)

A Prefeitura de Serra Talhada trabalha para aperfeiçoar os instrumentos de participação popular na cidade e já deu início com esse procedimento nos Bairros, começando no IPSEP. Por isso, para o biênio 2013/2014, o Orçamento Participativo vai sendo construído e reformulado e foca no debate dos projetos e ações com viabilidade técnica e financeira, bem como as propostas apresentadas nas Plenárias Populares e fóruns deliberativos nos Bairros.

### O QUE CONTINUA?

> O debate do processo orçamentário (Plenárias Populares, audiências públicas, constituição dos Fóruns) abertos a todos os moradores existentes e presentes nas Plenárias Populares do Orçamento Participativo nos Bairros.

- > As deliberações e eleição dos Delegados(as) para cada dois anos na região orçamentária do Orçamento Participativo, que são os Bairros e Distritos(ou seja Zona Urbana e Rural)
- > O quórum mínimo das plenárias deliberativas de 70 moradores de cada Bairro presentes;
- > A análise de viabilidade técnica e financeira das propostas da Prefeitura unida a capacidade de articulação do poder Executivo Municipal em conseguir recursos com uma certa antecedências.
- > As demandas aprovadas em plenárias Populares das Construções dos Orçamentos Participativos realizados nos referidos Bairros e que serão mantidas no calendário do planejamento do governo para o ano subsequente.

#### **O QUE SERÁ APERFEIÇOADO?**

- > O debate dos projetos e ações do governo e a sua relação com cada bairro, distrito e o município como um todo, com a votação da ordem de prioridade nas plenárias deliberativas;
- > Realização de novas Plenárias Populares, a composição do fórum Popular Permanente e a criação do Conselho Municipal do Orçamento Participativo (COP): Capacitação para os Delegados (as) dos Bairros, conselheiros municipais representantes da sociedade civil; entidades e associações de moradores, esportivas, culturais, ONGs, igrejas, movimentos sociais e sindicatos; representantes do poder público; engajados na Construção Orgânica do Orçamento Participativo de Serra Talhada.
- > Valorização e Fortalecimento de toda gestão democrática e Popular para que juntos possamos construir verdadeiramente uma bela cidade do **Coração da gente**. Aí diremos que aqui vele apenas viver, conviver e ser feliz na Nossa Querida Serra Talhada.

#### **A COMUNIDADE FALA!**

O Orçamento Participativo é uma iniciativa corajosa da prefeitura da cidade do Coração da Gente, onde se dá liberdade à população de escolher em Plenárias Populares as obras que seu bairro, povoado, distrito ou vila mais necessita. O povo decidindo e o Orçamento Participativo realizando. Estamos construindo esse grande projeto, já com algumas atividades para que possamos em 2014 realizar mais obras para nosso povo, vamos nos organizar, e com responsabilidade, discutir, decidir e realizar obras e serviços para a nossa população, valorizando o protagonismo dos moradores dos Bairros e Distritos de nossa querida Serra Talhada..

A função da democracia é dar o poder de decisão ao povo, sem limites. Nós é que a simplificamos com o somente transferir a votação de nossas decisões aos nossos 'representantes' (Democracia Representativa). Esses, muitas vezes logo após o pleito, ao invés de tornarem-se representantes de nossas reivindicações, nós nos tornamos reféns de suas idéias e decisões, muitas vezes não democráticas nem inteligentes, para não dizermos outros adjetivos mais polêmicos.

**Creio que esses são motivos suficientes para convencê-los a participar do Orçamento Participativo. Venha, junte-se a Nós!!!**

**Coordenação do Orçamento Participativo de Serra Talhada.**





## **Capítulo I - Da Composição e da Estrutura Geral da 1ª Plenária do Orçamento Participativo do IPSEP.**

**Art. 1º** O Orçamento Participativo (OP) é um Instrumento de democratização e descentralização da Administração Municipal do Município de Serra Talhada. Diretamente e voluntariamente, a população pode discutir e decidir sobre o orçamento e as necessidades reais de seu bairro e o Município como um todo.

**Art. 2º**- Serão realizadas, Além desta Plenária deliberativa, outras reuniões informativas e deliberativas no próprio Bairro, as quais deverão ser marcadas sempre com antecedência com os delegados (as) representantes do Bairro, e com proposta de pauta, e local a ser estabelecido pelo conjunto dos representantes.

**Art. 3º** - É papel do Orçamento Participativo conjuntamente com esta plenária:

**I)** Mapear novas formas de manifestação social, existente ou que venham a existir, para incluir a população do Bairro do IPSEP;

**II)** Construir junto com moradores, a partir do debate democrático do orçamento participativo e através das plenárias populares, a noção de cidadania.

**III)** Conscientizar a população do Bairro de que o orçamento Participativo(OP) é um dos instrumentos do Governo Municipal para inverter as prioridades e colaborar na reflexão do protagonismo da própria comunidade.

**IV)** Propiciar e estimular junto aos outros bairros através da experiência somada os meios necessários para a implantação do Orçamento Participativo.

**V)** Estimular a participação de setores sociais historicamente excluídos, como mulheres, jovens, negros, pessoas com necessidades especiais, idosos e crianças e adolescentes.

**VI)** Estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade, independentemente de classe social, religião, cultura, raça ou convicção política.

## **Capítulo II - Da Organização Interna**

**Art. 4º** - A 1ª Plenária do Orçamento Participativo terá a seguinte composição em nível Local:

**I)** Construção e deliberações das prioridades e Eleições dos Delegados(as) do Bairro para composição do Fórum.

**II)** Fórum de representação dos delegados(as) do Bairro.

**III)** Coordenação Geral Escolhida pelos delegados eleitos considerando as forças existentes e representação do governo numa composição paritária.

**IV)** Entre os Delegados eleitos jovens, formarão uma comissão para organizar a OP Juventude com orientação e assessoria técnica.

## **Capítulo III - Dos Delegados**

**Art. 5º** - Serão Delegados escolhidos na 1ª Plenária do Orçamento Participativo:**I)** Os moradores do Bairro presentes na 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo do Bairro do IPSEP, eleitos na ocasião da referida plenária ou escolhidos nos próprios grupos, obedecendo a proporção de 1 (um) delegado para cada (10) presentes. Sendo Titulares e respectivos suplentes.

**II)** Delegados representantes das entidades e associações de moradores do bairro, classe empresarial e dos trabalhadores, terão sua representatividade garantida, após escolhas das entidades, um(1) titular e um(1) suplente por cada representação.

**III)** Delegados representantes da juventude de 16 à 29 anos, um (1) titular e suplente, desde que participantes do processo da 1º plenária Popular do orçamento Participativo.

**§ Único** – O conjunto dos delegados eleitos no Bairro será a composição do Fórum Popular do Orçamento Participativo dos Delegados do Bairro acima indicado.

**Art. 6º** - O mandato dos delegados será de 2 (dois) anos, podendo haver uma reeleição consecutiva.

**§ 1º** – Não poderão ser delegados os que tiverem mandatos eletivos no Poder Público (Federal, Estadual ou Municipal), cargos em Comissão, bem como Delegados que perderam mandato no exercício da função.

**§ 2º** - A idade mínima para votar e ser votado na 1º Plenária Popular do Orçamento Participativo - OP é de 16 (dezesesseis) anos.

*Delegado de juventude*

**Art. 7º** - Aos Delegados (as) do OP compete:

**I)** Organizar as demandas do bairro, loteamentos, comunidades, assentamentos;

**II)** Divulgar informações para a população sobre o funcionamento do Orçamento Participativo;

**III)** Deliberar, propor e fiscalizar o Orçamento Público, receitas e despesas da Prefeitura, além de acompanhar a execução das obras, em conjunto com o Conselho do Orçamento Participativo - COP ou na ausência do mesmo, o acompanhamento se dará através dos delegados eleitos e representantes do fórum, até sua conclusão;

**IV)** Compor, junto ao COP, quando este for criado, as comissões que acompanharão as licitações e as execuções das demandas constantes no Plano de investimento, podendo as comissões ser ampliadas com pessoas da comunidade e quando for do interesse deste Bairro, não excedendo cada comissão e sua ampliação a 7 (sete) pessoas;

**V)** Deliberar, em conjunto com os demais representantes, sobre dúvidas que surjam no processo de elaboração do Plano de investimentos da cidade e das obras que posteriormente sejam realizadas no Bairro do IPSEP;

**VI)** Deliberar, em conjunto com os conselheiros, o Regimento Interno, além de modificações no processo do OP, em conjunto com a Coordenação do Orçamento Participativo.

**VII)** Defender no Fórum de Delegados as prioridades elencadas no Bairro;

**Art. 8º** - São direitos dos Delegados:

**I)** Votar e ser votado nas plenárias populares do orçamento participativo e em eleições de representação do Fórum dos Delegados de sua comunidade.

**II)** Participar, com voz e voto, no Conselho, Fórum dos Delegados, nas plenárias e reuniões do Orçamento Participativo;

**IV)** Expressão livres dos participantes e ou delegados na utilização do tempo de três minutos(3).podendo se reinscrever por mais três minutos, respeitando por ordem de novas inscrições, para se garantir o Máximo de falas dos moradores do referido Bairro.

**III)** Exigir o cumprimento das resoluções e decisões tomadas pela comunidade, pelo Fórum dos Delegados e pelo Conselho do Orçamento Participativo - COP, este último quando for criado;

**§ Único** – Os delegados perderão seu mandato ao atingir 3 faltas consecutivas ou alternadas, sem justificativa ou por descumprimento de seus deveres.

**Art. 9º** - São deveres dos Delegados:

**I)** Conhecer e cumprir o presente Regimento Interno;

**II)** Comparecer às reuniões da sua comunidade, Plenárias no Bairro e reuniões do Fórum dos Delegados;

**III)** Realizar reuniões na comunidade e com movimentos populares organizados, auxiliados pela Coordenação do Orçamento Participativo.

**IV)** Informar, sempre que necessário, o processo de discussão em sua comunidade e colher sugestões;

**V)** Informar aos demais Delegados e à sua comunidade quando de sua ausência de alguma reunião ou assembléia;

**VI)** Apresentar á Coordenação do OP, cópia de documentação pessoal, como Carteira de Identidade, Titulo de Eleitor, Comprovante de Residência e telefone, atualizando-o quando houver alteração.

**VII)** Participar de Seminários e atividades de capacitação, visando sua qualificação no conhecimento do ciclo do Orçamento Participativo e do Orçamento Público;

**Art. 10º** - Os Delegados poderão ter seu mandato revogado a qualquer momento, por assembléia de sua comunidade, ficando garantido o direito de defesa e de recurso ao Fórum dos Delegados, em primeira instância, e ao COP, em ultima instância, devendo a assembléia ser convocada e amplamente divulgada com 15 (quinze) dias de antecedência

**§ 1º** - A realização de assembléia da comunidade para revogação de mandato deverá ser avisada ao COP, por escrito, indicando data, local e hora, com pelo menos 1 (uma) semana de antecedência.ou na ausência do Conselho,o Fórum popular dos delegados do Bairro do IPSEP,assume essa responsabilidade.

**§ 2º** - A assembléia da comunidade deve justificar a revogação do mandato do Delegado, se for o caso, garantido direito de recurso como citado no parágrafo anterior.

**§ 3º** - A revogação do mandato do Delegado se dará por 50% (cinquenta por cento) + 1 (um) dos representantes presentes à assembléia da comunidade.

**Art. 11º** - O Fórum dos Delegados do Orçamento Participativo é um órgão de participação direta da comunidade, tendo por função deliberar sobre as demandas discutidas e votadas nas Plenárias do Bairro e reuniões e se reunirá ordinariamente, mensalmente, com quórum mínimo de 50% + 1 dos delegados.

**§ 1º** - O Fórum dos Delegados poderá ser convocado para deliberar excepcionalmente sobre a revogação do mandato do delegado, ou Conselheiros se for o caso e dar outros encaminhamentos.

#### **Capítulo IV- Da Coordenação Geral**

**Art. 12º** - O Fórum de Orçamento Participativo terá uma Coordenação Geral, composta de 4 (quatro) à 6 (seis ) Membros indicados pelo fórum e Governo dentro de uma composição paritária

**§ Único** – A Coordenação do Fórum da OP se reunirá mensalmente de maneira ordinária e extraordinariamente quando necessário.

**Art. 13º** - Será substituído o membro da coordenação do fórum que atingir 3 (três) faltas consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa.

§ Único - Faltas justificadas não serão contabilizadas, desde que avisadas com antecedência ou com o aval da plenária.

**Art. 14º** - À Coordenação do fórum e das plenárias do Orçamento Participativo compete:

I) Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do fórum e respectivas plenárias do Orçamento Participativo;

II) Convocar os membros do Conselho para se fazerem presentes às atividades necessárias para o desempenho do mesmo, dando-lhes conhecimento prévio da pauta;

III) Agendar o comparecimento dos Órgãos do Poder Público Municipal, quando a matéria em questão exigir;

IV) Apresentar para apreciação do Conselho a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo a ser enviada anualmente a Câmara de Vereadores;

V) Apresentar, para o Conselho o Plano Plurianual do Governo, em vigor ou a ser enviado a Câmara de Vereadores;

VI) Apresentar, para apreciação do Conselho a proposta de política tributária e arrecadação do Poder Público Municipal;

VII) Apresentar para apreciação do Conselho, a proposta metodológica do Governo para discussão e definição da peça orçamentária, bem como das obras e serviços que poderão constar no Plano de Investimentos; especialmente que venham atender as reais necessidades do Bairro do IPSEP

VIII) Convocar os delegados para informar sobre o processo de discussão da formação e participação no conselho do Orçamento Participativo;

IX) Encaminhar junto ao Executivo Municipal as deliberações do Conselho;

X) Conhecer, cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno;

XI) Coordenar e planejar as atividades do fórum e do conselho;

XII) Discutir e propor as pautas e o calendário das reuniões.

#### **Capítulo VI - Das Disposições Gerais**

**Art. 15º** - As Propostas aqui construídas na Plenária e nos trabalhos de grupos, após aprovadas serão condensadas e sistematizadas pela coordenação geral eleita, junto coordenação de organização da plenária do Orçamento Participativo do Bairro do IPSEP.

§ Único - As alterações neste regimento Interno serão discutidas e alteradas com direitos aos destaques durante a leitura do mesmo em vista de sua aprovação.

**Art. 16º** - Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Coordenação geral e pelo o Fórum dos Delegados do Orçamento Participativo do Bairro do IPSEP.

**Art. 17º**- Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação nesta 1º Plenária Popular do Orçamento Participativo do Bairro do IPSEP.

Serra Talhada, 27 de Abril de 2013

Bairro do IPSEP. Local da Plenária: Escola Santa Isabel. No Horário de: 15 às 18 horas  
Coordenação Organizadora da 1ª Plenária do Orçamento Participativo do Bairro do IPSEP

**REGIMENTO INTERNO DA 1ª PLENÁRIA POPULAR DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NESTE BAIRRO**  
**CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS, DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS DESTA PLENÁRIA.**

**Art. 1º** A 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo Deste Bairro constitui-se em um processo de participação direta da comunidade, que atua através da análise, proposição, debate nos grupos e Instrumento de democratização e descentralização junto com a Administração Municipal. Diretamente e voluntariamente, a população pode discutir e decidir sobre o orçamento e as necessidades reais de seu bairro e o Município como um todo.

**Art. 2º São princípios da Plenária do Orçamento Participativo:**

- I - a promoção do exercício de cidadania;
- II- a participação efetiva da comunidade na elaboração e controle das matérias do Orçamento Participativo;
- IV- a programação, o planejamento, a transparência e o controle social das ações governamentais referentes ao Orçamento Participativo.

**Art. 3º A 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo tem por finalidade de:**

- I - promover a melhoria das condições de vida da população por meio da implantação de políticas públicas voltadas à inclusão social no referidos bairro;
- II – propiciar o desenvolvimento sustentável em termos sociais, ambientais e econômicos em cada Bairro e o Município como um todo; promover a transparência e oportunizar o controle social dos gastos públicos.

**Art. 4º São objetivos da Plenária do Orçamento Participativo:**

- I - incentivar as pessoas a tornarem-se cidadãos ativos pensantes e a se envolverem nas políticas públicas;
- II- gerir entre governo e população, os recursos públicos destinados ao Bairro;
- III- Mapear novas formas de manifestação social, existente ou que venham a existir para incluir o Máximo a população deste Bairro;
- IV - Estimular a participação de setores sociais historicamente excluídos, como mulheres, jovens, negros, pessoas com necessidades especiais, idosos, crianças e adolescentes, assim como participação dos diversos segmentos da sociedade, independentemente de classe social, religião, cultura, raça ou convicção política.

**CAPÍTULO II - Da Organização Interna:**

**Art. 5º** - A 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo terá a seguinte Organização em nível Local:

- I- Construção e deliberações das prioridades e Eleições dos Delegados (as) deste Bairro.
- II Criação do Fórum Popular Permanente de representação dos delegados (as) deste Bairro.
- III Entre os Delegados eleitos jovens formarão uma comissão para organizar a OP da Juventude.

**CAPÍTULO III - Dos Delegados:**

**Art. 6º** - Serão Delegados Escolhidos na 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo:

- I Os moradores do Bairro presentes neste 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo, eleitos na ocasião da referida plenária ou escolhidos nos próprios grupos, obedecendo a proporção de 1 (um) delegado Titular e um (1) Suplente para cada (10) presentes
- II Delegados representantes das entidades e associações de moradores do bairro, classe empresarial e dos trabalhadores, terão sua representatividade garantida, conforme escolhas das entidades, um (1) titular e um (1) suplente por cada representação.
- III Delegados representantes da juventude de 15 a 29 anos, um (1) titular e suplente, desde que participantes do processo da 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo.

**Art. 7º** - O mandato dos delegados será de 2 (dois) anos, podendo haver uma reeleição consecutiva.

**§ 1º** – Não poderão ser delegados os que tiverem mandatos eletivos no Poder Público (Federal, Estadual ou Municipal), cargos em Comissão, bem como Delegados que perderam mandato no exercício da função.

**§ 2º** - A idade mínima para votar e ser votado na 1ª Plenária do Orçamento Participativo - é de 15 (quinze) anos.

**Art. 8º - Aos Delegados (as) da Plenária Popular do Orçamento Participativo -OP compete:**

- I- Organizar as demandas do bairro, loteamentos, comunidades, assentamentos;
- II- Divulgar informações para a população sobre o funcionamento do Orçamento Participativo;
- III- Deliberar, propor e fiscalizar o Orçamento Público, receitas e despesas da Prefeitura, além de acompanhar a execução das obras e serviços, em conjunto com os representantes do Fórum Popular Permanente;

**Art. 9º - São direitos dos Delegados:**

- I- Votar e ser votado nas plenárias populares do orçamento participativo e em eleições de representação do Fórum Popular Permanente dos Delegados de sua comunidade com voz e voto,;
- II Expressão livres dos participantes e ou delegados na utilização do tempo de três minutos (3). Podendo se reinscrever por mais três minutos, respeitando a ordem de novas inscrições, para se garantir o Máximo de falas.

**Art.10º - São deveres dos delegados:**

- I - Conhecer e cumprir o presente Regimento Interno;;
- II - Realizar reuniões na comunidade e com movimentos populares organizados, auxiliados pela Coordenação do Orçamento Participativo.
- III - Informar, sempre que necessário, o processo de discussão em sua comunidade e colher sugestões;
- IV- Participar de Seminários e atividades de capacitação, visando sua qualificação no conhecimento do ciclo do Orçamento .

**Das Disposições Gerais:**

**Art.-11º** - As Propostas da 1ª Plenária e nos trabalhos de grupos, após aprovadas serão condensadas e sistematizadas pela coordenação geral eleita, junto com os delegados eleitos na plenária do Orçamento Participativo neste Bairro

**Art.12º** - Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Coordenação geral desta 1ª Plenária Popular...

**Art.-13º-** Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação nesta 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo do referido Bairro.

Serra Talhada, 01 de Junho de 2013 - Local da Plenária: RUFINO FEST (CLUBE DO ELINALDO). No Horário de: 14h 30' às 18 horas - Coordenação Organizadora da 1ª Plenária Popular do Orçamento Participativo .

Acta de Transmissão de Poderes.

As Dezessete horas do dia Trinta e um de Janeiro de 1977, nesta cidade da Serra Talhada, Estado de Pernambuco no Edifício da Prefeitura, à Rua Assis Brasil nº 125, perante autoridades e povo, em geral, compareceu o Exmº Sr. Hilário Teixeira de Menezes logo após lhe deferido o compromisso de posse pela Câmara de Vereadores, como Prefeito Constitucional deste Município, para o quadriênio 1977/81, perante o Exmº Sr. Sebastião Indriada Oliveira, cujo mandato de Prefeito se expira nesta data, em ai sendo, neste mesmo local, foi transferido e transmitido o cargo de Prefeito do município, ao primeiro acima enumerado.

Serra Talhada, 31 de Janeiro de 1977.

Hilário Teixeira de Menezes

Sebastião Indriada Oliveira

- José Maria Soares de Oliveira
- Almirante Rofalira
- Seu Chêdo de la Bahia
- Antônio de Melo
- Roberto Antônio Andrade de Sá
- Argemir de Menezes
- Bartholomeu Squacis de Andrade Oliveira
- Cláudio de Menezes

Formo de Transmissão de Poderes

Das dezesseis horas do dia trinta e um de Janeiro de mil novecentos e setenta e três, (1973), nesta cidade da Serra Talhada, do Estado de Pernambuco, no edificio da Prefeitura Municipal, no Gabinete de Despachos, à Rua D. Domingos Nunes de Albuquerque, sem número, perante autoridades e povo em geral, compareceu o Exm. Sr. Sebastião Andrade Oliveira, logo após lhe defuido o compromisso de cargo pela Câmara de Vereadores, no ato de posse para o cargo de Prefeito Constitucional do Município para o quatriênio fixado entre 01 de Janeiro de 1973 a 31 de Janeiro de 1977, perante o Exm. Sr. Nildo Pereira de Menezes, sup. mandato no cargo de Prefeito expua neste em ai sendo, neste mesmo local, foi recebido e transmitido ao Sr. Sebastião Andrade Oliveira, o referido cargo de Prefeito do Município.

Serra Talhada, 31 de Janeiro de 1973.  
Lido em audiência  
Sebastião Andrade Oliveira  
Custódio Cascardo de Lorenzetti  
Heloisa Pereira de Miranda Fonseca

Atestado em  
Suauxilio Juus de Oficiais  
Gersony de Souza  
Serg. Manoel de Melo Lima



Handwritten signature or initials in the top right corner.

TERMO DE TRANSMISSÃO DE PODERES

AS DEZESSETE HORAS DO DIA TRINTA E UM DE JANEIRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS, NO CONFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA, À RUA AGOSTINHO VUNES DE MAGALHÃES Nº 125, NESTA CIDADE DE SERRA TALHADA, PERANTE AUTORIDADES E O POVO EM GERAL, COMPARECEU O SR. SEBASTIÃO ANDRADE OLIVEIRA, LICITO PREFEITO CONSTITUCIONAL DESTES MUNICÍPIO EM 15 DE NOVENBRO DE 1982, QUE, TENDO PRESTADO COMPROMISSO CONSTITUCIONAL PERANTE A CÂMARA DE VEREADORES, ASSUMIU, NESTA OPORTUNIDADE, A ADMINISTRAÇÃO DESTES MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DE 31 DE JANEIRO DE 1983 A 31 DE JANEIRO DE 1989, CUJA TRANSMISSÃO DE PODERES LHE É FEITA PELO SR. ALDO PEREIRA DE MENEZES, EM VIRTUDE DO TÉRMINO DO SEU MANDATO NESTA DATA.

SERRA TALHADA, 31 DE JANEIRO DE 1983.

Handwritten signatures and names, including 'Aldo Pereira de Menezes' and 'Sebastião Andrade Oliveira', along with other illegible signatures and names.

L. 125/89

## Termo de Transmissão de Poderes.

As dezessete horas, do dia primeiro (1º) de Janeiro, do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), no Edifício sede da Prefeitura Municipal de Serra Talhada, situado à Rua Agostinho Nunes de Magalhães, nº 125, em ato público, perante as autoridades e o povo em geral, presentes, compareceu o Senhor Dr. José FERDINANDO FEITOSA, PREFEITO Constitucional deste Município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco, eleito em 15 de Novembro de 1988, e que, nesta data, tendo prestado o compromisso legal e imposto pela Câmara Municipal de Vereadores desta cidade, recebe por transmissão e assume neste momento a titularidade do PODER EXECUTIVO do Município de Serra Talhada para sua administração durante o período compreendido entre 1º de Janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992, cuja transmissão de poderes lhe é feita pelo Senhor SEBASTIÃO ANDARAÍ OLIVEIRA, em virtude do término do seu mandato de Prefeito desta cidade.

Serra Talhada, 1º de Janeiro de 1989.

José Ferdinandi Feitosa

Sebastião Andaraí Oliveira

Sebastião Andaraí Oliveira

Sebastião Andaraí Oliveira



---

**SERRA TALHADA**